Aqui tem gente.

Aqui tem vida.

Aqui tem Unimed.

Demonstrações financeiras | 2022

Unimed Nacional

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Cooperativa Associada,

Encaminhamos para sua apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (Unimed Nacional), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Unimed Nacional é uma cooperativa de segundo grau do Sistema Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo o quadro associativo composto por 339 Singulares. Atenta aos princípios cooperativistas, sua gestão é pautada pelos compromissos do Pacto Global, iniciativa das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

Os clientes da Unimed Nacional são atendidos por cooperativas do Sistema Unimed e por prestadores credenciados. Ao longo de 2022, as singulares do Sistema Unimed receberam R$ 3,89 bilhões em repasses atrelados aos atendimentos realizados aos beneficiários da Unimed Nacional, ante R$ 3,53 bilhões no ano anterior.

Sexta maior operadora de plano de saúde do país, a Unimed Nacional conta com 2.121.320 beneficiários, distribuídos por todo o território nacional, com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo/SP, Brasília/DF, Salvador/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Feira de Santana/BA, Ilhéus/BA, Itabuna/BA, Manaus/AM e São Luís/MA.

Economia e o Mercado de Saúde Suplementar

O Ano de 2022 foi marcado pela invasão russa à Ucrânia, que gerou forte abalo na atividade econômica global, uma vez que a região tem grande importância no fornecimento de derivados de petróleo, fertilizantes e insumos para diversas indústrias globais, inclusive no Brasil.

A longa duração do conflito fez os preços do petróleo dispararem ao longo do primeiro semestre do ano, com impacto direto na inflação global, o que obrigou os principais bancos centrais do mundo a elevar suas taxas de juros.

No Brasil, a inflação medida pelo IPCA acumulada em 12 meses chegou a 12,13%, em abril, tendo desacelerado para 5,79% no final do ano, após o Banco Central elevar a taxa básica de juros (Selic) para 13,75% ao ano, ante 9,25% no início do período, e os governos federal e estaduais acordarem redução da carga tributária sobre o preço dos combustíveis.

Esse movimento arrefeceu o crescimento do PIB, que vinha em trajetória crescente desde o final de 2021, após melhora da Pandemia de Covid-19. Dessa forma, a economia brasileira deve ficar com crescimento de 3,0%, sustentado pelo setor de serviços, que cresce 4,0% no ano, seguido pelo setor industrial, com crescimento de 1,5%, ao passo que o setor agropecuário deve ficar estável.

Neste cenário, a taxa de desemprego, medida pelo IBGE, recuou 2,8 p.p. para 8,3% da população em idade ativa, o que contribuiu para o crescimento de 3,3% da base de beneficiários de planos de saúde suplementar para 50.493.061, ante 48.902.149 no final de 2021.

Mesmo com o aumento na quantidade de beneficiários, o setor de saúde suplementar enfrentou grandes desafios ao longo do ano, em razão da persistência dos custos relacionados à Covid-19, além da pressão de custos relacionada ao avanço dos procedimentos eletivos e à pressão inflacionária global.

Unimed Nacional | Desempenho Econômico-Financeiro

O ano de 2022 trouxe importantes mudanças na Cooperativa Nacional, que passou pela alteração de seu nome fantasia de "Central Nacional Unimed" para "Unimed Nacional", junto com a alteração da sede administrativa na cidade de São Paulo, que passou para a Rua Frei Caneca, 1.355 (8º ao 16º andar).

O objetivo dessas mudanças foi buscar o reposicionamento da marca, nas praças que a Unimed Nacional representa o Sistema Unimed, com o intuito de elevar o volume de beneficiários atendidos, além da contenção das despesas administrativas, no caso de mudança da sede.

No tocante à operação, a carteira de beneficiários da Unimed Nacional alcançou 2.121.320 vidas no final de 2022, ante 2.039.517 vidas do final de 2021, o que contribuiu para o crescimento de 7,8% das contraprestações efetivas, para R$ 6.502,0 milhões, quando considerados os efeitos da RN430/2017.

A sinistralidade, por sua vez, foi catapultada pela pressão inflacionária, aumento das frequências de utilização, por parte dos beneficiários, e os custos relacionadas à Pandemia de Covid-19. No final do primeiro semestre, a taxa acumulada era de 94,8% das contraprestações, o que demandou forte atuação dos times internos para aplicar medidas de contenção dos custos assistenciais, além de ações para elevar os reajustes de contratos deficitários, revisão das características dos produtos comercializados e reajustes nas tabelas de preços de vendas novas. Com isso, foi possível reduzir a sinistralidade para 89,5% acumulado do ano, o que representa em 5,5 p.p.

Em um cenário adverso, como o enfrentado no período em análise, o esforço de racionalizar as despesas administrativas se tornou ainda mais urgente. Com isso, as despesas administrativas alcançaram R$ 508,7 milhões, o equivalente a 7,8% das contraprestações efetivas, taxa 0,2 p.p. abaixo dos 8,0% registrados em 2021.

No que tange ao resultado financeiro, o aumento da taxa de juros, supracitado, contribuiu para que o indicador avançasse 4,3% para R$ 65,9 milhões.

Cabe destacar que a carteira de ativos financeiros da Unimed Nacional é composta por fundos de investimentos dedicados ao setor de saúde, bem como títulos públicos e privados, com baixo nível de risco de crédito, classificados até o vencimento, os quais a Cooperativa declara ter capacidade financeira e intenção de mantê-los até os respectivos vencimentos, pois os ativos com livre movimentação são suficientes para cumprir com as obrigações junto aos *stakeholders*.

O resultado patrimonial, por seu turno, somou R$ 105,2 milhões, favorecido pela reversão da provisão de impairment das Joint Ventures entre Unimed Nacional e Oncoclínicas, que apresentam resultados alinhados ao plano de negócios. Embora o resultado líquido ao longo do ano tenha registrado forte oscilação, o comprometimento das sócias, conselheiros, diretores estatutários e executivos, superintendentes e demais colaboradores, trouxe relevantes resultados no quarto trimestre do ano, que somados aos impostos diferidos, permitiu que a Cooperativa encerrasse o ano com resultado líquido positivo em R$ 20,9 milhões.

Esse resultado veio das operações em atos cooperativos positivos em R$ 491,7 milhões e do resultado negativo dos atos não cooperativos, no montante de R$ 470,8 milhões. Conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 10.21), as sobras dos atos cooperativos serão usadas para a absorção dos prejuízos dos atos não cooperativos. Adicional a isso, serão destinados R$ 1,0 milhão ao FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), conforme artigo 87 da lei 5.764/71 e R$ 2,1 milhões ao fundo de reservas de lucros, permanecendo R$ 17,8 milhões à disposição da Assembleia Geral de Sócias.

Para o ano de 2023, a Unimed Nacional manterá os esforços na gestão do cuidado aos beneficiários, fortalecendo a parceria com a rede credenciada direta, com foco na maximização da satisfação dos beneficiários e à manutenção dos custos em patamares adequados ao mercado. Adicionalmente, serão avaliadas operações próprias e/ou consorciadas para o atendimento de terapias e procedimentos com alto potencial de retorno.

Para os projetos estratégicos de médio e longo prazos, a Unimed Nacional busca financiamento em agências de fomento, onde as taxas de juros são mais atrativas que as linhas de crédito de bancos comerciais, o que permitirá uma aceleração dos projetos de inovação tecnológica da Cooperativa, com vistas à sua sustentabilidade de longo prazo.

Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças

Gestão de Saúde Doenças Crônicas: Monitora e coordena o cuidado de pacientes com doenças crônicas (cardiovasculares, cerebrovasculares, obesidades e pulmonares), com o objetivo de possibilitar maior qualidade de vida para os beneficiários acometidos pelas referidas enfermidades. No ano de 2022, a Unimed Nacional investiu R$ 3.386.309,53 no programa.

Atenção Gestantes: Programa de educação gestacional, que tem como objetivo incentivar a adesão ao protocolo de pré-natal e a garantia dos cuidados com o bebê no primeiro ano de vida. No ano de 2022, a Unimed Nacional investiu R$ 194.964,00 no programa.

Especialista em Você – Atenção ao Idoso: Acompanhamento da saúde de beneficiários idosos, que tem como objetivo monitorar a saúde e os tratamentos corretos a esse público. No ano de 2022, a Unimed Nacional investiu R$ 692.523,24 no programa.

Parceria Estratégica em Oncologia

A Unimed Nacional mantém parceria estratégica com o Grupo Oncoclínicas, com a participação de 49,99% no capital social das Joint Ventures Baikal, Yukon e Angará. A parceria tem o objetivo de centralizar 90% dos atendimentos oncológicos nas clínicas supracitadas, nas regiões onde a Cooperativa Nacional possui o direito de constituir rede direta de atendimento (São Paulo, Brasília e Salvador).

Em 2022, as empresas assinaram um memorando de entendimentos para a construção de um Câncer Center na cidade de São Paulo, no valor estimado de R$ 300.000.000,00, no qual a Unimed Nacional irá deter 25% de participação societária, tendo como contrapartida o direcionamento de demandas de seus beneficiários da região à unidade.

Parceria Estratégica em Gestão do Cliente

A Unimed Nacional firmou parceria com a Unimed Seguradora S.A., com participação de 50,00% no capital social da Unimed Integra LTDA. A sociedade tem o objetivo de aplicar as melhores práticas do mercado de saúde suplementar na regulação de custos assistenciais na carteira de beneficiários das sócias.

Movimentação e Acordo de Sócias

Em 2022, não houve movimentação e/ou acordo de sócias da Unimed Nacional.

A Diretoria Executiva

PARECER ATUARIAL | 2022

Na qualidade de atuário responsável pela Central Nacional Unimed Cooperativa Central, registrada na ANS sob o nº 33.967-9, e de acordo com a exigência da ANS prevista no Item 6.3.11 do Anexo I da Resolução Normativa n.º 528, de 29/04/2022, vimos apresentar parecer sobre as provisões técnicas constituídas com base em Notas Técnicas Atuariais de Provisões – NTAP aprovadas pela ANS, considerando a data base de 31/12/2022:

- Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA: calculada pelo método da razão, baseado na construção de triângulos de Run-Off, constante na Nota Técnica Atuarial;
- Provisão para Remissão: calculada pela metodologia de Repartição de Capitais de Cobertura, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS em 30/09/2011, por meio do oficio nº 3889/2011/GGAME(GEAOP)/DIOPE/ANS.

Aplicamos as metodologias previstas em nota técnica para cálculo das provisões acima especificadas, de acordo com as normas, princípios e os padrões exigidos pela Ciência Atuarial, e estimamos os seguintes valores:

PROVISÃO		VALOR
PEONA		R$ 779.096.799,15
Remissão	Curto Prazo	R$ 9.100.064,68
	Longo Prazo	R$ 12.883.985,34
	Remissão Total	R$ 21.984.050,02

Atenciosamente,

Dmitri Oliveira da S Santos
Atuário – MIBA 2.559

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ilmos. Srs. Administração e às Cooperadas da
UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL ("OPERADORA")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL** em 31 de dezembro de 2022, seu desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à "Operadora", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são ter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, puderem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo W. L. de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Unimed Nacional – Cooperativa Central, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às atividades realizadas pela Unimed Nacional, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como, na avaliação de todos os atos e fatos administrativos, consubstanciados, também, no Parecer dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido em 15 de fevereiro de 2023, pela PP&C Auditores Independentes é de opinião que as citadas peças examinadas à luz da legislação vigente expressam a situação patrimonial e financeira da Unimed Nacional, motivo pelo qual encontram-se em condições de ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em março de 2023, é o que se recomenda.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Membros Efetivos:
Francisco Seiidi Nishi - Secretário
Ronaldo Nunes Ribeiro - Coordenador
Marco Antonio de Oliveira

Membros Suplentes:
Daniel de Macedo Veras
Flávio Lúcio Pontes Ibiapina
Ronaldo Mattia

Balanços patrimoniais | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Ativo circulante		**2.260.642**	**2.260.309**	**2.257.170**	**2.258.087**
Disponível	3b	21.469	86.870	22.037	88.668
Realizáveis		2.239.173	2.173.438	2.235.133	2.169.419
Aplicações financeiras	3c/3p/4	917.524	819.686	917.524	819.686
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		836.673	733.293	836.673	733.293
Aplicações Livres		80.851	86.393	80.851	86.393
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	562.216	542.194	563.659	542.194
Contraprestação pecuniária a receber		445.868	274.326	445.868	274.326
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		28.650	25.213	28.650	25.213
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		83.696	90.847	83.696	90.847
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		4.002	151.807	4.002	151.807
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	6	77.958	200.723	77.958	200.744
Despesas diferidas		139.871	145.179	139.871	145.179
Créditos tributários e previdenciários	7	90.419	136.691	90.419	136.691
Bens e títulos a receber	9	445.793	325.177	441.753	321.138
Despesas antecipadas		5.392	3.789	5.392	3.789
Ativo não circulante		**1.573.668**	**1.123.082**	**1.576.719**	**1.124.912**
Realizável a longo prazo		**896.030**	**628.043**	**903.680**	**635.694**
Aplicações financeiras	3c/3p/4	76.156	155.317	76.156	155.317
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		73.181	152.516	73.181	152.516
Aplicações Livres		2.975	2.801	2.975	2.801
Créditos tributários e previdenciários	7	44.374	51.315	44.374	51.315
Títulos e créditos a receber	6d	124.212	51.460	124.212	51.460
Despesas de Comercialização Diferidas		24.016	-	24.016	-
Ativo Fiscal Diferido	7.c	186.282	25.531	193.673	32.923
Depósitos judiciais e fiscais	18	440.990	344.420	441.249	344.679
Investimentos	3f/8	**266.969**	**170.597**	**260.922**	**163.062**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		266.969	164.707	260.922	157.171
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde		-	263		263
Participações Societárias em Rede Assistencial Não Hospitalar		173.057	82.456	167.007	74.920
Participações em Outras Sociedades		87.316	81.988	87.316	81.988
Participações Societárias pelo Método de Custo		6.596	-	6.599	-
Outros Investimentos		-	5.890	-	5.890
Imobilizado	10	**140.085**	**42.970**	**141.532**	**44.672**
Imóveis de uso próprio		6.160	18.285	6.160	18.285
Imóveis – Hospitalares		-	-		-
Imóveis - Não Hospitalares		6.160	18.285	6.160	18.285
Imobilizado de uso próprio		1.012	1.585	1.148	1.754
Hospitalares		-	-		-
Não Hospitalares		1.012	1.585	1.148	1.754
Imobilização em curso		40.347	7.778	40.347	7.778
Imóveis - não hospitalares		40.347	7.778	40.347	7.778
Outras imobilizações		4.664	15.322	5.975	16.854
Direito de uso arrendamento	11	87.902	-	87.902	-
Intangível	10	**270.584**	**281.472**	**270.585**	**281.484**
Total do ativo		**3.834.310**	**3.383.391**	**3.833.889**	**3.382.999**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Passivo circulante		**1.478.429**	**1.289.430**	**1.478.009**	**1.288.779**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3j/12	**940.885**	**877.993**	**940.885**	**877.993**
Provisões de contraprestações		56.124	44.983	56.124	44.983
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	3j/12	56.124	44.983	56.124	44.983
Provisão para remissão	3j/12	9.100	7.737	9.100	7.737
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	12	9.682	29.666	9.682	29.666
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	12	63.952	123.178	63.952	123.178
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12	802.027	672.430	802.027	672.430
Débitos de operações de assistência à saúde	13	**50.582**	**102.012**	**50.582**	**102.012**
Contraprestação a restituir		165	38	165	38
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	13a	45.784	43.935	45.784	43.935
Comercialização sobre operações	13b	3.993	14.656	3.993	14.656
Operadoras de planos de assistência à saúde	3.o	640	43.383	640	43.383
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	14	**111.354**	**58.410**	**110.664**	**57.721**
Provisões	18	**17.338**	**34.243**	**17.597**	**34.243**
Provisão para IR e CSLL		-	14.245	-	14.245
Provisões para Ações Judiciais		17.338	19.998	17.597	19.998
Tributos e encargos sociais a recolher	15	**52.362**	**33.188**	**52.362**	**33.188**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	**141.601**	**122.017**	**144.961**	**122.017**
Débitos diversos	17	**164.307**	**61.565**	**160.957**	**61.604**
Passivo não circulante		**887.515**	**646.419**	**887.515**	**646.678**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	**196.652**	**184.207**	**196.652**	**184.207**
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG		-	-	-	-
Provisão para remissão		12.884	11.028	12.884	11.028
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		183.768	173.178	183.768	173.178
Provisões	18	**341.786**	**236.041**	**341.786**	**236.300**
Provisões para tributos diferidos		-	-	-	-
Provisões para ações judiciais		341.786	236.041	341.786	236.300
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	**266.629**	**226.171**	**266.629**	**226.171**
Débitos diversos	17/11	**82.448**	**-**	**82.448**	**-**
Patrimônio líquido	19	**1.468.366**	**1.447.542**	**1.468.365**	**1.447.542**
Capital social		214.227	214.227	214.227	214.227
Reservas		1.236.370	1.233.230	1.236.369	1.233.230
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		1.236.370	1.233.230	1.236.370	1.233.230
Ajustes de avaliação patrimonial		**(16)**	**85**	**(16)**	**85**
Sobras do Exercício		**-**	**-**	**-**	**-**
Sobras à disposição da AGO		**17.785**		**17.785**	**-**
Total do passivo		**3.834.310**	**3.383.391**	**3.833.889**	**3.382.999**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados (sobras e perdas) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		**6.501.995**	**6.032.404**	**6.501.995**	**6.032.404**
Receitas com operações de assistência à saúde		6.638.917	6.117.057	6.638.917	6.117.057
Contraprestações líquidas	21 a	6.642.136	6.119.486	6.642.136	6.119.486
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(3.219)	(2.429)	(3.219)	(2.429)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	21 b	(136.922)	(84.653)	(136.922)	(84.653)
Eventos indenizáveis líquidos	21 c	(5.815.768)	(5.064.712)	(5.815.768)	(5.064.712)
Eventos conhecidos ou avisados		(5.686.170)	(4.950.398)	(5.686.170)	(4.950.398)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(129.598)	(114.314)	(129.598)	(114.314)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**686.227**	**967.692**	**686.227**	**967.692**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**61.083**	**19.260**	**61.083**	**19.260**
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21 d	**156.537**	**79.507**	**156.537**	**80.189**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		-	-	-	708
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		143.164	75.026	143.164	75.026
Outras receitas operacionais		13.373	4.481	13.373	4.481
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		-	-	-	(26)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	21 e	**(185.486)**	**(95.136)**	**(185.516)**	**(95.378)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(148.061)	(128.869)	(148.089)	(129.111)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(16.391)	(10.641)	(16.391)	(10.641)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		-	36.258	-	36.258
Provisão para perdas sobre créditos		(21.034)	8.116	(21.036)	8.116
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21 d	**(162.576)**	**(163.116)**	**(162.576)**	**(154.649)**
Resultado bruto		**555.785**	**808.208**	**555.757**	**817.087**
Despesas de comercialização		**(327.864)**	**(262.749)**	**(327.864)**	**(262.749)**
Despesas administrativas	21 f	**(508.727)**	**(484.130)**	**(510.165)**	**(486.549)**
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial		**(280.806)**	**61.328**	**(282.272)**	**67.789**
Resultado financeiro líquido	21 g	**65.946**	**63.216**	**65.925**	**67.789**
Receitas financeiras		225.093	135.246	225.093	135.246
Despesas financeiras		(159.147)	(72.030)	(159.168)	(72.037)
Resultado patrimonial	21 h	**105.199**	**13.165**	**105.199**	**7.763**
Receitas patrimoniais		127.883	22.799	127.883	22.799
Despesas patrimoniais		(22.684)	(9.634)	(22.684)	(15.036)
Resultado antes dos impostos e participações		**(109.661)**	**137.709**	**(111.147)**	**138.761**
Imposto de renda		(9.471)	(61.703)	(9.471)	(61.705)
Contribuição social		(1.377)	(18.434)	(1.377)	(18.436)
Impostos Diferidos		160.237	8.725	160.237	8.725
Participações no resultado		(18.805)	(11.217)	(18.805)	(11.217)
Sobra líquida do exercício		**20.923**	**55.079**	**19.437**	**56.128**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Sobra líquida do exercício		**20.923**	**55.079**	**19.437**	56.128
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Valor Bruto		(24)	129	(24)	129
(-) Deduções de Impostos (34%)		8	(44)	8	(44)
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Valor Líquido	4	(16)	85	(16)	85
Resultado abrangente		**20.907**	**55.164**	**19.421**	**56.213**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

*Cuidamos de **mais de 2 milhões de beneficiários** e compartilhamos com nossas sócias os valores do cooperativismo e o trabalho para valorização dos médicos e da medicina em todo o país.*

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		CAPITAL SOCIAL	RESERVAS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO		
	Notas	Subscrito	Reserva legal	FATES RATES	Outras reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**204.181**	**254.599**	**130.488**	**496.883**	**893**	**308.432**	**(1.975)**	**1.395.476**
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 30 de Novembro de 2021:									
Aumento de reserva		–	–	–	296.181	–	(296.181)	–	–
Movimentações de Capital:									–
Aumento de Capital Social – JCP		12.251	–	–	–	–	(12.251)	–	–
(–) IRRF		(1.839)	–	–	–	–	–	–	(1.839)
Retirada de cooperada		(366)	–	–	–	–	–	–	(366)
Outras movimentações		–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações de Reservas:									–
Reversão de Reserva de Contingência		–	–	–	–	–	51.948	–	–
Reversão de Reserva de Legal									
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Aplicações		–	(51.948)	–	–	(808)	–	–	(808)
Sobra líquida do exercício	**19**	–	–	–	–	–	(51.948)	107.027	55.079
Destinação:									–
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		–	–	–	–	–	–	–	–
Para a reserva legal	**19b**	–	–	–	–	–	–	–	–
Para a FATES	**19b**	–	–	107.027	–	–	–	(107.027)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**214.227**	**202.650**	**237.515**	**793.065**	**85**	**–**	**–**	**1.447.542**
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Aplicações		**–**	**–**	**–**	**–**	(101)	**–**	**–**	(101)
Sobra líquida do exercício	**19**	–	–	–	–	–	491.725	(470.802)	20.923
Destinação:									**–**
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		–	–	–	–	–	–	–	–
Para a reserva legal	**19b**	**–**	2.092	**–**	**–**	**–**	(2.092)	**–**	**–**
Para a FATES	**19b**	–	–	1.046	–	–	–	(1.046)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**214.227**	**204.743**	**238.561**	**793.065**	**(16)**	**489.633**	**(471.848)**	**1.468.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Atividade operacionais				
Recebimentos de planos de saúde	8.899.707	7.517.211	8.899.707	7.517.856
Resgate de aplicações financeiras	7.777.973	5.585.213	7.777.973	5.585.213
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	22.367	7.823	22.367	7.823
Outros recebimentos operacionais	471.558	438.080	471.633	438.247
Pagamentos a fornecedores/ prestadores de serviços de saúde	(8.434.513)	(7.108.606)	(8.434.525)	(7.108.624)
Pagamentos de comissões	(139.172)	(281.881)	(139.172)	(281.881)
Pagamentos de pessoal	(90.118)	(109.431)	(90.118)	(109.431)
Pagamentos de pró-labore	(7.122)	(6.626)	(7.122)	(6.626)
Pagamentos de serviços terceiros	(539.763)	(446.258)	(540.373)	(446.726)
Pagamentos de tributos	(5.709)	(40.739)	(5.713)	(40.853)
Pagamentos de processos judiciais	(69.422)	(60.678)	(69.422)	(60.678)
Pagamentos de aluguel	(16.631)	(11.783)	(17.174)	(12.650)
Pagamentos de promoção/publicidade	(22.070)	(11.522)	(22.070)	(11.522)
Aplicações financeiras	(7.710.305)	(5.251.914)	(7.710.305)	(5.251.914)
Outros pagamentos operacionais	(174.525)	(246.115)	(174.660)	(246.636)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(37.745)**	**(27.223)**	**(38.974)**	**(28.400)**
Atividades de investimento				
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	15.581	218	15.581	218
Recebimentos de Dividendos	4.318	2.303	4.318	2.303
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – outros	(21.193)	–	(21.193)	(677)
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – outros	(347)	(677)	(347)	(677)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(20.247)	(27.462)	(20.247)	(27.462)
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(3)	–	(3)	–
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(83)	–	(83)	–
Caixa líquido das atividades de investimento	**(21.974)**	**(25.618)**	**(21.974)**	**(26.295)**
Atividades de financiamento				
Recebimento Empréstimos/ Financiamentos	145.286	313.025	145.286	313.025
Pagamentos de Juros – Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(28.062)	(9.993)	(28.062)	(9.993)
Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos	(115.671)	(198.113)	(115.671)	(198.113)
Pagamento de participação nos resultados	(7.236)	(13.326)	(7.236)	(13.326)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(5.683)**	**91.593**	**(5.683)**	**91.593**
Variação líquida do caixa	**(65.402)**	**38.752**	**(66.631)**	**36.898**
Caixa – saldo inicial	**86.870**	**48.119**	**88.668**	**51.093**
Caixa – saldo final	**21.469**	**86.870**	**22.037**	**88.668**
Ativos livres no início do exercício	**89.194**	**93.745**	**89.194**	**93.745**
Ativos livres no final do exercício	**83.827**	**89.194**	**83.827**	**89.194**
Redução nas aplicações financeiras – recursos livres	**(5.367)**	**(4.551)**	**(5.367)**	**(4.551)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Nacional Unimed – Cooperativa Central ("Unimed Nacional" ou "Operadora") é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frei Caneca, nº 1355, Consolação, CEP: 01307-003, constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, a instituição de uma câmara de compensação nacional e a orientação para a criação, o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A Operadora possui 339 Associadas em 31 de dezembro de 2022 (339 Associadas em 31 de dezembro de 2021).

A Central Nacional Unimed – Cooperativa Central é controladora da "Unimed Administração e Serviços EIRELI. ("UAS")."

A Resolução Normativa 528/2022 da ANS passou a regulamentar o Teste de Adequação de Passivos – TAP. O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas Provisões Técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (*Net Carrying Amount*).

Este resultado vem sendo acompanhado e a perspectiva é que com a implementação de diversas ações de controle de custos assistenciais, boa parte já em curso, gradativamente as margens operacionais apuradas nesta carteira melhorem significativamente. Com a melhora do resultado operacional, custo assistencial estabilizado em patamares bastante inferiores dos que apresentados agora, muito em decorrência deste período atípico de pandemia e seus reflexos acrescido de um ajuste nas receitas deterioradas, a necessidade eventual de constituição de reserva adicional decorrente do TAP, quando o regulador assim o exigir, estará extremamente reduzida ou inexistente.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

A. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (lei 5.764/71), assim como aspectos relacionados à lei 6.404/76 e à lei 11.638/07.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN 528/22, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2004/2017 que estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa. A Interpretação dispõe sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As determinações contidas nesta interpretação se aplicam a todo o tipo de cooperativa, no que não for conflitante com as determinações de órgãos reguladores. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa 22.

B. BASES PARA CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Unimed Administração e Serviços Ltda., que presta serviços de assistência médica como suporte a operadoras do sistema Unimed e tem como atividade principal no atendimento quimioterápico, de fisioterapia dentre outros, na qual a Operadora detém 100% de participação, em 31 de dezembro de 2022, sendo que as demonstrações estão identificadas como controladora e consolidado. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas da empresa mencionada acima, segundo a natureza de cada saldo, obedecendo ao disposto no CPC 36 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, obedecendo os seguintes critérios:

- **i)** Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação, bem como e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- **ii)** Eliminação do investimento relevante na proporção 100% de seu respectivo patrimônio.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2023.

2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;**
- **Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;**
- **Passivos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio de resultado.**

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Operadora é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- **Nota 3j e 12 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**
- **Nota 3k e 18 – Provisões judiciais**
- **Nota 4 – Aplicações Financeiras**
- **Nota 5 – Créditos de operações com plano de assistência à saúde**
- **Nota 6 – Créditos com operação de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.**
- **Nota 10c – Intangível**
- **Nota 11 – Arrendamento**

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A. APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência.

As receitas com contraprestações de contratos com preços preestabelecidos foram apropriadas "pró-rata" dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade "pós-estabelecido", correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, e são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta "Contraprestações líquidas". Quando da emissão da fatura, o registro é revertido e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos no momento em que são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

A operação de intercâmbio entre operadoras do sistema Unimed se dá por meio de atendimento de beneficiários pertencentes a outras singulares do sistema Unimed que prestam atendimento aos mesmos em sua área de ação, os custos são apurados e repassados a operadora de origem acrescidos de um taxa de administração, esse beneficiários ainda podem ser classificados como habitual e eventual, dependendo da frequência deste tipo de relação conforme regra específica para esta modalidade instituída pelo órgão regulador.

O resultado financeiro é proveniente dos rendimentos de valores alocados no mercado financeiro pela companhia, dos ativos dados em garantia das provisões técnicas e também de livre movimentação, além de eventuais receitas por recebimento de contraprestações em atraso, reduzido por custos de operações financeiras, impostos sobre estas operações e juros por atraso.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 24 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

B. DISPONÍVEL

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Disponível".

C. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.**
- **Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.**
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento: os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.**
- **Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Operadora compreendem o contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde) e também intercâmbio (operações entre Unimeds).**

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos – apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – (ANBIMA); (ii) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço (iii) Títulos Privados – Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Já para os outros títulos privados como compromissadas, CDB e Letra Financeiras, utilizamos como referência de valor justo, a marcação a mercado do nosso custodiante (Itaú Custódia), onde no mesmo utiliza-se de metodologia própria – "*mark to model*" – com base nas cotações de negócios realizados no mercado juntamente com a avaliação do seu comitê de crédito.

Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução do valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda do valor é revertida e registrada no resultado.

D. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PPCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

E. PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de

recebimento e volumes de perdas incorridas. Para esta análise foram utilizados 12 meses de emissão de títulos e 18 meses posteriores de pagamentos destes títulos, os vencimentos são agrupados por faixas e os cálculos atuariais são realizados e divididos entre os segmentos PF (Pessoa Física), PJ (Pessoa Jurídica) e Intercâmbio (Unimeds).

F. BENS E DIREITOS A RECEBER

Os valores referentes a bens e títulos a receber estão classificados no curto e longo prazo. No curto prazo são representados por adiantamentos de férias, e adiantamento a prestadores assistenciais e não assistenciais (Unimeds). Em sua maior representatividade no grupo, adiantamentos a prestadores assistenciais possuem objetivos estratégicos para a operadora e permitem que a operação não apresente riscos pelo não atendimento e áreas sem rede credenciada própria e para prestadores estratégicos. No longo prazo, os bens e direitos estão representados por títulos a receber sob a condição de discussão judicial e acordos legais firmados.

G. ARRENDAMENTOS

Os valores referentes a arrendamentos são representados em atendimento ao CPC 06 e com a resolução normativa 528, passou a ser obrigatória a apresentação em 2022 para as operadoras de planos de saúde. Os arrendamentos no quais a cooperativa (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios das propriedades são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos pagamentos previstos em contrato. O arrendamento está vinculado a contratos de locação de imóveis, com prazos determinados, para a sede da operadora em São Paulo e Brasília.

H. INVESTIMENTOS

Os investimentos são representados por participações em (i) controladas – quando a Companhia exerce controle, ou seja, quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida; (ii) coligadas – nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração; são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (iii) Joint Ventures – empresas constituídas e controladas em conjunto para finalidade específica: são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo.

I. IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2011 tem vida útil estimada de 32,5 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 47,5 anos e os demais imóveis, 31 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

J. INTANGÍVEL

O intangível da cooperativa tem vida útil definida e é formado por (i) licença de *softwares* que são amortizados pelo método linear, pelo prazo de sua vida útil, estimada em 10 anos e (ii) pelo ativo relacionado a combinação de negócios que foi registrado pelo valor justo de transferência do valor da carteira e área de ação originários da FESP, composto pelo valor carteira acrescido pelo deságio na operação e será amortizado por 20 anos, prazo de vigência do contrato.

K. *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos como objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01(R1).

L. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa – RN 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) compreende as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco "pró-rata" dia, relativamente ao período iniciado e não decorrido. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são notificados à Operadora e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança (%), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABIs emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência. A provisão abrange também o valor total cobrado e não pago pela Operadora, relativo a débitos inscritos em dívida ativa ou não, atualizados com multa, juros e encargos legais até o último dia útil do mês de referência. Os valores de ressarcimento ao SUS a serem registrados são disponibilizados mensalmente na página da ANS na rede mundial de computadores.

A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços médicos até a data do encerramento do exercício. A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde.

A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como "triângulos de *run-off*", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, líquidos de glosas, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A provisão para remissão (provisão para benefícios a conceder) é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde. Seu cálculo é realizado mensalmente, podendo ter movimentação no decorrer do tempo, conforme tábua atuarial BR EMS 2015 m/f, de beneficiários em gozo desse benefício, conforme determinado nas premissas de cobertura da Remissão.

O início da Remissão se dá após o conhecimento do falecimento do titular do plano, deixando então os seus dependentes cobertos pelo benefício e seus custos assistenciais são estimados com base no histórico de utilizações por faixa etária e projetados/corrigidos pelo VCMH, por período determinado contratualmente. Assim, adquire-se o direito de continuar no plano de saúde suplementar do qual está vinculado sem efetuar o pagamento das respectivas mensalidades.

O cálculo da Provisão para Remissão foi feito de acordo com a metodologia aprovada pela ANS conforme Nota Técnica Atuarial. A Resolução Normativa 435/2018 da ANS passou a regulamentar o Teste de Adequação de Passivos – TAP. O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas Provisões Técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (*Net Carrying Amount*). O teste foi realizado considerando os seguintes parâmetros, como determinado pela referida resolução.

Os contratos foram segregados entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial, (iii) coletiva por adesão e (iv) corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos:

- para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes no momento da realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade;
- as premissas utilizadas para projeções de receitas (contribuições) e despesas (eventos e outras despesas relacionadas ao atendimento assistencial) foram baseadas na experiência observada considerando os últimos 60 meses.
- as estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

O resultado do teste de adequação, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, considerando as premissas e critérios citados acima, o grupamento Empresarial apresenta suficiência de R$ 121.002 o grupamento de Adesão apresenta suficiência de R$ 20.626 já o grupamento Individual apresentou insuficiência de R$ (528.385), dadas as condições de reajuste regulamentar aplicado, principalmente, nos últimos períodos de avaliação, o resultado consolidado do teste de adequação das provisões da operadora apresenta uma insuficiência de R$ (386.756).

M. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES (PROVISÕES)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável e reconhecidos no balanço apenas quando transitado em julgado.

Passivos contingentes – são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis quando classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os classificados como perda remota não são divulgados.

N. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – ATOS NÃO COOPERATIVOS

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

O. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós – graduação, MBA e mestrado, vale transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2022 a política e benefícios culminou no pagamento do montante de R$ 47.875 (R$ 43.303 em 2021).

P. PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus Diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício totalizaram R$ 1.751 (R$ 2.540 em 2021).

Q. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Unimed Nacional está exposta a diversos riscos em sua operação. A metodologia utilizada na gestão destes riscos está representada nas demonstrações financeiras apresentadas a seguir:

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* têm como responsabilidade acompanhar, monitorar e controlar os riscos, bem como identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Unimed Nacional.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis operacionais e de BackOffice da Unimed Nacional, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

A comunicação com a Organização é realizada por meio de políticas e procedimentos, disparados por e-mails aos colaboradores com orientações e lembrete aos treinamentos, nos quais são disponibilizados aos funcionários de forma obrigatório na intranet da Unimed Nacional.

R. RISCO DE MERCADO

Definição:

Risco de Mercado é a perda potencial decorrente de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco com contratos de investimentos e riscos de oscilações nas taxas de juros das aplicações financeiras e consequentemente flutuações na mensuração dos rendimentos e ajuste ao valor justo destes ativos (títulos da dívida, títulos privados, e outras modalidades constantes na carteira de investimentos) nos quais compreendem o montante em 2022 de R$ 16 (R$ 85 em 2021), conforme detalhado na nota 3p.

Tratamento:

O risco de mercado é monitorado de forma periódica pela Unimed Nacional, através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

O monitoramento é realizado em conjunto com uma consultoria externa especializada que adota os seguintes modelos:

Var estima, com base em dados históricos e um intervalo de confiança, qual a perda máxima esperada em condições normais de mercado e deverá ser medido de acordo com os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cnário: B3 (nova denominação da BM&F Bovespa).
- Periodicidade: mensal.

O modelo adotado para as análises de stress é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Critérios adotados no teste de sensibilidade

Na avaliação do teste de sensibilidade da carteira de investimentos da Unimed Nacional considerou-se o critério de contabilização dos ativos integrantes da carteira de investimentos, onde foram considerados os seguintes fatores de riscos: (i) taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do Resultado", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração (vencimento) dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Operadora

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Operadora, conforme quadro:

Controladora e Consolidado					
Ativos		**Taxa de Juros**		**Ações**	
Classe de ativo	**Alocação**	**1%**	**-1%**	**10%**	**-10%**
Títulos Pós Fixados					
Disponível para Venda	306	3	(3)	-	-
Para Negociação	778.890	7.789	(7.789)	-	-
Títulos Pré Fixados					
Até o Vencimento	81.473	816	(816)	-	-
Para Negociação	51.500	-	-	-	-
IPCA					
Disponível para Venda	3.736	37	(37)	-	-
Até o Vencimento	44.385	-	- -	-	-
Para Negociação	813	-	- -	-	-
IGP-M					
Até o Vencimento	32.573	-	- -	-	-
Total de aplicações	993.676	8.645	(8.645)	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido	-	8.645	(8.645)	-	-
Impacto Líquido de Impostos PL	-	5.706	(5.706)	-	-

S. RISCO OPERACIONAL

Definição:

Risco operacional é definido como possível evento cuja ocorrência acarrete ou possa acarretar em falha ou demora em processos internos (procedimento/pessoal/TI) gerando insatisfação ou perda de clientes e/ou de informações.

Tratamento:

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Gerência de Riscos e Controle Interno e está estruturado da seguinte forma:

(i) Mapeamento dos riscos

A identificação dos riscos é efetuada pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e validada pelos gestores responsáveis e Alta Administração.

(ii) Classificação dos riscos

Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.

(iii) Avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Unimed Nacional.

(iv) Avaliação dos controles

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.

(v) Estabelecimento de planos de ação

São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

T. RISCO DE CRÉDITO

Definição:

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

Tratamento:

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no país, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Adicionalmente, o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados, devido a inadimplemento de clientes é minimizado pela concentração de recebimentos na modalidade de pré-pagamento e diversificação da carteira.

(i) **Classificação de Risco**

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de aplicações da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	C	D		
	2022		2021	
Nota	**Valor**	**Part. %**	**Valor**	**Part. %**
AAA	61.244	3,60%	115.424	6,23%
AA	180.109	10,59%	136.187	7,35%
A	35.978	2,12%	33.691	1,82%
BBB	35	0,00%	-	0,00%
BB	51.500	3,03%	53	0,00%
B	-	0,00%	42	0,00%
Subtotal	**328.866**	**19,35%**	**285.397**	**15,40%**
Risco soberano (letras financeiras do tesouro)	**28.206**	**1,66%**	**45.760**	**2,47%**
Sem classificação				
Título de Capitalização	**-**	**-**	**130**	**0,01%**
Fundo de Investimento	**636.604**	**37,45%**	**643.715**	**34,73%**
Subtotal	**664.810**	**39,11%**	**689.605**	**37,21%**
Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras	**993.676**	**58,45%**	**975.003**	**52,61%**
Contraprestações e intercâmbio a receber	**706.273**	**41,55%**	**765.873**	**41,33%**
Total de exposição ao risco de crédito	**1.699.949**	-	**1.740.876**	**-**

Estamos utilizando as seguintes agências para as classificações dos riscos: *S&P*, *Fitch Ratings*, *Moodý s*, *Austin*, *Liberum Ratings* e *SR Ratings*, as mesmas baseiam suas análises em metodologias próprias.

O risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados, devido a inadimplemento de clientes é minimizado pela concentração de recebimentos na modalidade de pré-pagamento, diversificação da carteira de clientes e monitorado periodicamente através de análise de inadimplência, seguida de avaliação de ações de cobranças.

U. RISCO LEGAL

Definição:

O Risco Legal está relacionado a possível evento cuja ocorrência represente ou possa representar práticas incoerentes com normativos estabelecidos (internos ou externos), boas normas de conduta, princípios de governança, ética, bem como favoreça ou possa favorecer eventos de fraudes.

Tratamento:

A Operadora, através da área Jurídica, acompanha a realização e formatação dos contratos firmados com fornecedores e clientes bem como a revisão e atualização periódica da documentação contratual. Adicionalmente, por meio das áreas Jurídica e Riscos, são acompanhas, permanentemente, as mudanças relacionadas à legislação.

V. RISCO DE LIQUIDEZ

Definição:

Risco de liquidez está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Tratamento:

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada, para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada a projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

(i) Aplicações

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Sem venc. definido	De 1 a 120 dias	De 121 a 240 dias	De 241 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Carteira %
CDB – Pré e pós fixado	–	–	–	–	11.530	11.530	1%
Debêntures	–	–	–	–	40.997	40.997	4%
Letras Financeiras	–	–	–	–	77.698	77.698	8%
Títulos Públicos	–	–	–	–	28.206	28.206	3%
Até o Vencimento 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**158.431**	**158.431**	
Até o Vencimento 31/12/2021	**–**	**90.092**	**18.848**	**–**	**148.858**	**257.798**	
CDB – Pré e pós fixado	–	–	–	–	306	306	0%
Debêntures	–	–	–	–	3.736	3.736	0%
Disponível para Venda 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.042**	**4.042**	
Disponível para Venda 31/12/2021	**–**	**84**	**–**	**255**	**3.715**	**4.054**	
CDB – Pré e pós fixado	–	140.055	–	–	2.231	142.286	14%
Compromissada	–	51.500	–	–	–	51.500	5%
Fundos de investimento	636.604	–	–	–		636.604	64%
Letras Financeiras	–	–	–	–	813	813	0%
T. Capitalização e poupança	4	–	–	–	–	4	0%
Valor justo por meio do resultado 31/12/2022	**636.608**	**191.555**	**–**	**–**	**3.044**	**831.207**	
Valor justo por meio do resultado 31/12/2021	**643.845**	**66.366**	**155**	**171**	**2.614**	**713.151**	
31 de Dezembro de 2022	**636.604**	**191.555**	**–**	**–**	**165.517**	**993.680**	**100%**
31 de Dezembro de 2021	**643.845**	**156.541**	**19.003**	**426**	**155.187**	**975.003**	**100%**

(ii) Casamento de ativos e passivos

	A vencer em até 1 ano	Acima de 1 ano	Controladora	Consolidado
Disponível	21.469	–	21.469	22.037
Aplicações financeiras	917.524	76.156	993.680	993.680
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	562.216	–	562.216	562.216
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	77.958	–	77.958	153.110
Bens e títulos a receber	445.793	–	445.793	441.753
Total dos ativos financeiros	**2.024.960**	**76.156**	**2.101.116**	**2.172.796**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	940.885	196.652	1.137.537	1.137.537
Comercialização sobre operações	3.993	–	3.993	3.993
Empréstimos e financiamento a pagar	141.601	266.629	408.230	411.590
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion.	111.354	–	111.354	110.664
Tributos e contribuições a recolher	52.362	–	52.362	52.362
Total dos passivos financeiros	**1.250.195**	**266.629**	**1.713.476**	**1.716.146**

W. RISCO DE SUBSCRIÇÃO

Definição

Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

A carteira está composta por sua maioria em contratos coletivos e preestabelecidos, conforme apresentado abaixo:

(i) Distribuição das contraprestações Líquidas por modalidade de plano:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	2022	%	2021	%
Modalidade de Preço				
Pós-Estabelecido	213.978	3%	2.149.005	35%
Preestabelecido	6.428.158	97%	3.970.481	65%
Total Contraprestações	**6.642.136**		**6.119.486**	
Modalidade de Plano	**2022**		**2021**	
Plano Coletivo	6.293.972	95%	4.522.126	73%
Plano Individual	312.664	5%	341.907	6%
Corresponsabilidade	35.500	1%	1.255.453	20%
Total Contraprestações	**6.642.136**		**6.119.486**	

Tratamento

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base os históricos das operações. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

				Teste de sensibilidade – Impacto no resultado					
	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	R$	Impacto DRE	-5p.p.	R$	Impacto DRE
Preestabelecido Total	**6.429.700**	**90%**	**5.803.804**	**95%**	**6.125.289**	**(321.485)**	**85%**	**5.482.319**	**321.485**

				Teste de sensibilidade – Impacto no patrimônio líquido (*)					
	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	R$	Impacto PL	-5p.p.	R$	Impacto DRE
Patrimônio Líquido	**6.429.700**	**90%**	**5.803.804**	**95%**	**6.125.289**	**(288.311)**	**85%**	**5.482.319**	**321.485**

(*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (34% 2021).

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação.

X. NORMA EMITIDA COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 29 DE ABRIL DE 2022 – RESOLUÇÃO NORMATIVA 528/2022

Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução Normativa RN 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas no mercado de operadoras de planos de assistência à saúde, através da Resolução Normativa RN 442, foi alterada, passando a instituir: (i) a constituição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora; (ii) a constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada.

- Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, conforme as informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), com impacto esperado de aproximadamente 1,56% do Patrimônio Líquido para janeiro de 2023.

Y. NORMAS EMITIDAS E NÃO ADOTADAS

As normas que estão descritas a seguir somente serão adotadas pela Unimed Nacional quando forem referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o que não ocorreu até o fechamento destas demonstrações financeiras, e para as quais a Cooperativa ainda está avaliando os impactos.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

Introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e de reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 (R15) será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	2022					2021
	A	B	C	D	E	
	Nível de hierarquia do valor justo	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Valor justo por Meio do Resultado:						
Certificado de depósitos bancários – CDB/RDB	2	142.590	–	142.590	142.287	2.193
Operações compromissadas	2	51.500	–	51.500	51.500	66.366
Quotas de fundos de investimentos	2	640.064	–	640.064	636.604	643.715
Letras Financeiras	2	850	–	850	812	747
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	
Tít. Capitalização e Poupança	2	4	–	4	4	130
Total		**835.008**	**0**	**835.008**	**831.207**	**713.151**
Disponível para venda:						
Certificado de depósitos bancários – CDB/RDB	2	309	–	309	306	396
Debêntures	2	3.885	16	3.885	3.736	3.658
Total		**4.194**	**16**	**4.194**	**4.042**	**4.054**
Mantidos até o vencimento						
Certificado de depósitos bancários – CDB/RDB	2	11.801	(270)	(270)	11.531	100.880
Debêntures	2	43.452	(2.617)	(2.617)	40.997	39.024
Letras Financeiras	2	80.167	4.895	4.895	77.697	72.134
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–
Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)	1	29.175	(997)	(997)	28.206	45.760
Total		**164.595**	**1.011**	**1.011**	**158.431**	**257.798**
Total das Aplicações		**1.003.797**	**1.027**	**840.213**	**993.680**	**975.003**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento. A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo. Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A. MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	**975.003**	**1.251.813**	**975.003**	**1.251.813**
Aplicações	7.710.305	5.251.914	7.710.305	5.251.914
Resgates de aplicações	(7.777.973)	(5.585.213)	(7.777.973)	(5.585.213)
Recebimento de Juros	–	(7.823)	–	(7.823)
Rendimento aplicações liquidas	125.990	76.368	125.990	76.368
Ajuste a valor de Mercado	101	(808)	101	(808)
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(39.746)	(11.248)	(39.746)	(11.248)
Saldo no final do exercício	**993.680**	**975.003**	**993.680**	**975.003**

Parte dos saldos das aplicações são utilizadas pela Unimed Nacional para garantia de lastro das provisões técnicas. A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto e que tenham sido avisados há mais de 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas n.º 227/10 e 392/15, que regulamentam o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde, demonstrado abaixo.

B. PROVISÕES TÉCNICAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Provisões Técnicas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
PPCNG	56.124	44.983	56.124	44.983
Remissão	21.984	18.765	21.984	18.765
PEONA	802.027	672.430	802.027	672.430
PESL	63.952	123.178	63.952	123.178
PESL SUS	193.450	202.844	193.450	202.844
Total das provisões técnicas	**1.137.537**	**1.062.200**	**1.137.537**	**1.062.200**
Provisão que não exige ativo garantidor (PPCNG)	(56.124)	(44.983)	(56.124)	(44.983)
PESL garantida por depósito judicial	(183.768)	(171.825)	(183.768)	(171.825)
Débitos de parcelamento ao SUS aprovados pela ANS	(15.495)	(13.517)	(15.495)	(13.517)
Corresponsabilidade assumida	(27.312)	(73.219)	(27.312)	(73.219)
Total exigível de ativos lastreados (A)	**854.839**	**758.656**	**854.839**	**758.656**
PESL avisada em até 30 dias	(40.577)	(326.022)	(40.577)	(326.022)
Total exigível de ativos vinculados (B)	**814.262**	**432.634**	**814.262**	**432.634**
Aplicações financeiras garantidoras				
Vinculados	889.727	765.899	889.727	765.899
Não vinculados	20.127	119.910	20.127	119.910
Total garantidor (C)	909.854	885.809	909.854	885.809
Total vinculado (D)	889.727	765.899	889.727	765.899
Suficiência de ativos lastreados (C) – (A)	55.016	127.153	55.016	127.153
Suficiência de ativos vinculados (D) – (B)	**75.466**	**333.266**	**75.466**	**333.266**

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência à saúde	351.320	310.653	351.320	310.653
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(37.675)	(36.327)	(37.675)	(36.327)
Contraprestação pecuniária a receber	**313.645**	**274.326**	**445.869**	**274.326**
Participação dos beneficiários em eventos	28.969	25.548	28.969	25.548
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(320)	(335)	(320)	(335)
Participação dos beneficiários em eventos	**28.649**	**25.213**	**28.649**	**25.213**
Contraprestações a faturar (*)	132.224	151.621	132.224	151.621
Outros créditos	4.002	186	4.002	186
Outros créditos de operações de planos de saúde	**136.226**	**151.807**	**136.226**	**151.807**
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida	88.142	90.847	88.142	90.848
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(4.446)	-	(4.446)	-
Operadoras de planos de assistência à saúde	**83.696**	**90.847**	**83.696**	**90.848**
Total	**562.216**	**542.193**	**562.216**	**542.194**

(*) Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço "pós-estabelecidos" já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa 3a.

A. IDADE DOS SALDOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	481.360	472.167	481.360	472.167
Vencidos de 1 a 30 dias	36.608	41.582	36.608	41.582
Vencidos de 31 a 60 dias	6.082	4.690	6.082	4.690
Vencidos de 61 a 90 dias	3.287	1.528	3.287	1.528
Vencidos de 91 a 180 dias	9.591	9.615	9.591	9.615
Vencidos de 181 a 365 dias	15.956	22.158	15.956	22.158
Vencidos há mais de 365 dias	51.773	27.115	51.773	27.115
Subtotal	**604.657**	**578.855**	**604.657**	**578.855**
Provisão para perdas sobre créditos	(42.441)	(36.661)	(42.441)	(36.661)
Total	**562.216**	**542.194**	**562.216**	**542.194**

B. MOVIMENTAÇÃO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	**542.194**	**432.400**	**542.194**	**431.899**
Emissões	8.402.408	6.001.425	8.402.408	6.001.926
Recebimentos	(8.339.945)	(5.854.970)	(8.339.945)	(5.854.970)
PPSC (+/-)	(42.441)	(36.661)	(42.639)	(36.661)
Saldo no final do exercício	**562.216**	**542.194**	**562.216**	**542.194**

A operadora utiliza para mensuração dos valores referentes a Provisão de Perda Sobre Créditos (PPSC) um estudo técnico de recuperabilidade em consideração ao histórico de perdas e os riscos de inadimplência, dentre outros fatores, em relação aos créditos a receber de qualquer natureza e origem para constituir a provisão por um prazo diferente dos previstos nos itens 10.2.3.1, 10.2.3.2 e 10.2.3.3 da resolução normativa 528 e devidamente aprovado por auditoria independente.

Como medida complementar, a fim de mitigar incertezas sobre o contexto econômico e de inadimplência, no mínimo anualmente, a Administração indica a análise e apuração: Sob o comportamento financeiro, é realizado uma análise em relação aos valores vencidos a partir de 365 dias: considerando a diferença entre o "saldo contábil total de PPSC (Provisão de Perda Sobre Créditos)" e o "saldo contábil total do Contas a Receber a partir de 365 dias vencidos". Após análise viabilizada, conclui-se junto a administração a necessidade de provisão/reversão complementar de PPSC. O detalhamento do estudo complementar é apurar se o total de recebíveis acima de 365 dias está coberto pelo saldo atual da Provisão de Perda, considerando a apuração mensal da metodologia estatística e/ou estudos complementares anteriores.

Os recebíveis vinculados a acordos, tratativas e/ou processo com expectativa de recebimento, não são provisionados, dada a expectativa de recebimento pela Administração. Em caso de provisão de perda, em que o saldo é de alta suficiência para os segmentos de PJ, PF ou Intercâmbio, a Administração entende como viável a transferência de saldos entre as contas contábeis correlacionadas a ponto de equalizar estimativas de exercícios anteriores.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A. COMPOSIÇÃO DO SALDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Intercâmbio Eventual*	94.865	211.060	94.865	211.082
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(19.307)	(23.594)	(19.307)	(23.594)
Operadoras de planos de assistência à saúde	**75.558**	**187.466**	**75.558**	**187.488**
Intercambio a Faturar	2.400	13.257	2.400	13.257
Total	**77.958**	**200.723**	**77.958**	**200.744**

(*) Intercâmbio a faturar - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.

B. IDADE DOS SALDOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	75.134	52.526	75.134	51.999
Vencidos de 1 a 30 dias	12.646	32.506	12.646	32.506
Vencidos de 31 a 60 dias	367	15.624	367	15.624
Vencidos de 61 a 90 dias	28	9.554	28	9.554
Vencidos de 91 a 180 dias	165	10.920	165	10.920
Vencidos de 181 a 365 dias	588	25.791	588	26.339
Vencidos há mais de 365 dias	8.337	77.396	8.337	77.396
Subtotal	**97.265**	**224.317**	**97.265**	**224.338**
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(19.307)	(23.594)	(19.307)	(23.594)
Total	**77.958**	**200.723**	**77.958**	**200.744**

C. MOVIMENTAÇÃO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	**200.723**	**144.717**	**200.744**	**145.623**
Emissões	456.305	1.741.841	459.325	1.741.601
Recebimentos	(559.763)	(1.662.241)	(559.763)	(1.662.886)
PPSC (+/-)	(19.307)	(23.594)	(22.348)	(23.594)
Saldo no final do exercício	**77.958**	**200.723**	**77.958**	**200.744**

D. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos	6.109	4.991	6.109	4.991
Outros títulos a receber	677	63	677	63
Contas a receber - depósitos judiciais	10.494	-	10.494	-
Contraprestação a receber	80.405	105.105	80.405	105.105
Acordos	97.216	-	97.216	-
PPSC	(70.689)	(58.699)	(70.689)	(58.699)
Total	**124.212**	**51460**	**124.212**	**51460**

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

A. COMPOSIÇÃO DO SALDO

CONTROLADORA

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a recuperar	90.419	44.374	134.793	136.691	51.315	188.006
Total	**90.419**	**44.374**	**134.793**	**136.691**	**51.315**	**188.006**

CONSOLIDADO

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	90.419	44.374	134.793	136.691	51.315	188.006
Total	**90.419**	**44.374**	**134.793**	**136.691**	**51.315**	**188.006**

B. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

CONTROLADORA

	Saldo em 2021	Constituição	Compensação	Saldo em 2022
IRRF	60.222	3.141.073	(3.134.891)	66.404
IRPJ e CSLL	83.706	307.275	(368.752)	22.229
PIS e COFINS	26.149	24.989	(24.523)	26.615
ISS	-	594	(594)	-
Outros	17.929	55.159	(53.543)	19.545
Total	**188.006**	**3.529.090**	**(3.582.303)**	**134.793**

CONSOLIDADO

	Saldo em 2021	Constituição	Compensação	Saldo em 2022
IRRF	66.080	3.141.073	(3.134.891)	72.262
IRPJ e CSLL	80.877	307.276	(368.752)	19.401
PIS e COFINS	23.108	24.988	(24.523)	23.573
ISS	12	594	(594)	12
Outros	17.929	55.159	(53.543)	19.545
Total	**188.006**	**3.529.090**	**(3.582.303)**	**134.793**

C. TRIBUTOS DIFERIDOS

CONSOLIDADO

	Saldo em 2021	Constituição	Compensação	Saldo em 2022
Contingência cíveis	7.841	2.758	(1.931)	8.668
Contingências trabalhistas	1.229	1.238	(506)	1.961
Contingências fiscais	10.043	19.760	(1.390)	28.413
Provisão sobre perdas créditos	26.890	3.733	-	30.623
Provisões para participações sobre o lucro	3.615	3.337	(2.340)	4.612
Prejuízos Fiscais - Controladora	31.674	141.122	-	172.796
Prejuízos Fiscais - Controlada	7.391	506	-	7.897
Outras compensações/ estornos	(6.460)	-	(7237)	(13.697)
Passivos Fiscais Diferidos	(49.300)	-	1.700	(47.600)
Total	**32.923**	**172.454**	**(17.704)**	**193.673**

CONTROLADORA

	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos Fiscais Diferidos	-	233.376	233.376
Passivos Fiscais Diferidos	-	(47.600)	(47.600)
Total		**185.776**	**185.776**

CONSOLIDADO

	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos Fiscais Diferidos	-	241.273	241.273
Passivos Fiscais Diferidos	-	(47.600)	(47.600)
Total		**193.673**	**193.673**

D. PREVISÃO DE REALIZAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

Ano	%
2023	**25,23%**
2024	**16,57%**
2025	**23,00%**
Anos subsequentes	**35,20%**
Total	**100%**

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias decorrentes do processo de apuração de IRPJ/CSLL relativos as provisões para contingências tributárias, provisões para perdas sobre créditos, provisão para participações sobre o lucro (PLR) e compensações de bases negativas decorrentes de prejuízos fiscais. No que tange aos passivos fiscais, montante está relacionado aos tributos diferidos da parceria firmada com a empresa Oncoclínicas (vide detalhes Nota Explicativa 8).

8. INVESTIMENTOS

A. INFORMAÇÕES DAS INVESTIDAS, CONTROLADA E *JOINT VENTURE*

B. INFORMAÇÕES SOBRE OS INVESTIMENTOS:

	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM REDE ASSISTENCIAL NÃO HOSPITALAR			Outras Participações				PARTICIPAÇÕES EM OPERADORAS E REDE ASSISTENCIAL					
	Yukon Participações S.A (iv)	Angara Participações S.A (iv)	Baikal Participações S.A (iv)	Unimed Administração e Serviços (iii)	Unimed Participações Ltda (i)	Unio Tecnologia (ii)	Integra Unimed Ltda	Unimed Sudeste Paulista	UNIMED DO BRASIL	SICOOB	SICREDI	Outros investimentos	Total
Quantidade de ações/quotas possuídas (Unitário)	30.806	19.204	100.020	2.387.319	800.000	54.384	10.000	64.000	147.252	-	-	-	-
Valor quota/ação em reais (unitário)	30.806	19.204	100.020	2.387.319	800.000	10.877	10.000	64	147.252	-	-	-	-
Porcentagem de participação	49,99%	49,99%	49,99%	100%	4,216%	20,00%	50,00%	4,72%	3,49%	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**17.359**	**12.323**	**52.773**	**10.885**	**57.048**	**14.054**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.155**	**170.597**
Outros ajustes de avaliação patrimonial	1.032	(2.246)	(3.156)	-	243	(5.000)	5.000	20	5.844	46	-	(6.155)	(4.372)
Impairment	13.449	12.284	50.640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.373
Dividendos recebidos	(1.862)	(395)	(311)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.568)
Integralização Juros ao capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	13	-	86
Resultado da equivalência patrimonial	3.813	7.257	10.097	(981)	7.543	(1.041)	(499)	44	604	2	14	-	26.853
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**33.791**	**29.223**	**110.043**	**9.904**	**64.834**	**8.013**	**4.501**	**64**	**6.448**	**121**	**27**	**-**	**266.969**

(i) A Unimed Nacional detém 4,216% do capital da Unimed Participações, possibilitando assim a participação no G20, grupo responsável pelo direcionamento estratégico daquela companhia.

(ii) A Operadora detém 20% do capital da Unio Soluções em Tecnologia LTDA. O capital da Unio é dividido igualmente entre 5 sócias, que são responsáveis pelo direcionamento estratégico da companhia. A sociedade, sediada em Vitória-ES, tem por finalidade desenvolver soluções em tecnologia no ramo de saúde suplementar.

(iii) A Unimed Nacional possui 100% do capital da Unimed Administração e Serviços - UAS, possui o Controle da companhia.

(iv) A Unimed Nacional em acordo estratégico com a Oncoclínicas adquiriu participação nas Joint Ventures Baikal, Yukon e Angará, a Unimed Nacional detém 49,99% de participação no capital social das companhias, conforme descrito no item b.

B. INFORMAÇÕES *JOINT VENTURE*

No exercício de 2020, a Unimed Nacional e o Grupo Oncoclínicas firmaram parceria para prestação de serviços de tratamento oncológico aos beneficiários da Cooperativa Nacional e aos beneficiários de intercâmbio, com a constituição de 3 empresas: (i) Baikal, em São Paulo; (ii) Angará, em Brasília; e, (iii) Yukon, em Salvador. O contrato tem vigência de 30 anos e foi estabelecido por meio da criação de uma Joint Venture, onde o Grupo Oncoclínicas possui 50,01% de participação e a Unimed Nacional possui os outros 49,99%, contudo, apensar da diferença de capital, o contrato possui dispositivos que determinam o controle conjunto da operação das companhias. O projeto ainda contempla a criação de um centro de referência em oncologia, na capital de São Paulo e tem a premissa de transferência gradual dos pacientes em tratamento para as unidades supracitadas.

Como a parceria entre Oncoclínicas e Unimed Nacional estipula obrigações por parte da Unimed Nacional, a companhia também realizou avaliação da possível existência de passivos financeiros, mas, pela observação do total cumprimento do plano de negócios, tal existência foi descartada pela administração.

Além dos R$ 150.000 de ações preferencias resgatados pela Unimed Nacional, impactando diretamente no resultado patrimonial da operadora, a companhia possui outros R$ 150.000 em participações societárias nas empresas investidas. Tal participação sofreu ajustes de equivalência patrimonial de 50%, conforme evidenciada no quadro acima.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a Funcionários	1.064	570	1.064	570
Outros títulos a receber	49.403	5.499	45.363	1.460
Adiantamento a Fornecedores	302.766	249.079	302.766	249.079
Unimeds	41.096	9.262	41.096	9.262
Bloqueio judicial	51.464	60.767	51.464	60.767
Total	**445.793**	**325.177**	**441.753**	**321.138**

Os valores provenientes de bens e títulos a receber estão segregados em rubricas contábeis específicas, em atendimento ao plano de contas exigido pela ANS no que tange a Resolução Normativa 528/2022. Os valores classificados como adiantamentos tem como objetivo demonstrar os montantes desembolsados pela operadora de forma antecipada aos prestadores de serviços assistenciais em detrimento do atendimento aos beneficiários específicos, por meio de acordos operacionais. O montante destacado no item Unimeds tem como características legais a destinação de recursos a singulares em promoção e apoio as Unimeds prestadoras. O item outros títulos a receber são bens e títulos a receber operacionais não relacionados a plano de saúde das operadoras e com prazos definidos para recebimento, sendo estes com garantias judiciais.

10. IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

A. COMPOSIÇÃO DO SALDO

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO	
	2022			2021			2022	2021
	Custo	Depreciação	Saldo	Custo	Depreciação	Saldo	Saldo	Saldo
Imóveis de uso próprio não hospitalares	**9.014**	**(2.854)**	**6.160**	**32.202**	**(13.917)**	**18.285**	**6.160**	**18.285**
Edificações	9.014	(2.854)	6.160	32.203	(13.918)	18.285	6.160	18.285
Imobilizado de uso próprio não hospitalares	**69.060**	**(23.037)**	**46.023**	**47.958**	**(23.273)**	**24.685**	**47.470**	**26.387**
Móveis e utensílios	3.919	(3.450)	469	3.919	(3.164)	755	526	827
Veículos	-	-	-	3	(3)	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	15.279	(15.021)	258	15.396	(14.991)	405	259	411
Máquinas e equipamentos	1.252	(967)	285	1.272	(848)	425	363	517
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.263	(3.599)	4.664	19.590	(4.267)	15.322	5.975	16.854
Imobilizações em curso	40.347	-	40.347	7.778	-	7.778	40.347	7.778
Intangível	**386.429**	**(115.845)**	**270.584**	**366.182**	**(84.710)**	**281.472**	**270.584**	**281.484**
Software	82.977	(58.948)	24.029	62.730	(42.985)	19.745	24.029	19.757
Carteira de Clientes	303.452	(56.897)	246.555	303.452	(41.725)	261.727	246.555	261.727
Total	**464.506**	**(141.739)**	**322.767**	**446.342**	**(121.900)**	**324.442**	**324.214**	**326.156**

B. MOVIMENTAÇÃO

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em Andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Intangível	Aquisição de Carteira	Total Controladora	Total Consolidado
Custo de aquisição											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**32.203**	**3.959**	**330**	**15.638**	**1.274**	**-**	**17.567**	**50.346**	**303.452**	**424.769**	**429.871**
Aquisições	-	-	-	-	-	7.778	2.018	12.387	-	22.184	22.181
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	(39)	(327)	(242)	-	-	-	(5)	-	(614)	(614)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**32.203**	**3.920**	**3**	**15.396**	**1.274**	**7.778**	**19.585**	**62.728**	**303.452**	**446.339**	**451.439**
Aquisições	-	-	-	-	-	32.569	-	20.247	-	52.816	52.816
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	(23.189)	-	-	(117)	(22)	-	(11.322)	-	-	(34.650)	(34.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.014**	**3.920**	**3**	**15.279**	**1.252**	**40.347**	**8.263**	**82.975**	**303.452**	**464.505**	**469.605**
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(12.983)**	**(2.881)**	**(232)**	**(14.905)**	**(717)**	**-**	**(2.189)**	**(30.484)**	**(26.552)**	**(90.943)**	**(94.056)**
Depreciação do exercício	(935)	(307)	(22)	(208)	(132)	-	(2.074)	(12.501)	(15.173)	(31.351)	(31.624)
Alienações	-	23	251	123	0	-	-	0	-	397	397
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(13.918)**	**(3.165)**	**(3)**	**(14.990)**	**(849)**	**-**	**(4.263)**	**(42.984)**	**(41.725)**	**(121.897)**	**(125.283)**
Depreciação do exercício	(745)	(286)	-	(144)	(129)	-	(2.568)	(15.962)	(15.173)	(35.007)	(35.274)
Alienações	11.808	-	-	114	9	-	3.235	-	-	15.166	15.166
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.855)**	**(3.451)**	**(3)**	**(15.020)**	**(969)**	**-**	**(3.596)**	**(58.946)**	**(56.898)**	**(141.738)**	**(145.391)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**6.159**	**469**	**(0)**	**259**	**283**	**40.347**	**4.667**	**24.029**	**246.554**	**322.767**	**324.214**

C. INTANGÍVEL

Combinação de Negócios

Em 31 de março de 2019 a Operadora adquiriu, da Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (FESP), um negócio que contemplou: (i) em 2020 carteira de vidas de planos individuais, familiar e coletivos relativo à praça de São Paulo; (ii) direito a exclusividade para venda de planos individuais e coletivos, na praça de São Paulo, por 20 (vinte) anos; (iii) prestar serviços de intercâmbio para outras singulares do sistema Unimed, na praça de São Paulo por 20 anos.

Em 2022 a amortização deste ativo, que contempla carteira adquirida, praça de atuação contemplando inclusive atendimentos em intercâmbio, segue seu fluxo de forma linear a taxa aplicada de 5% ao ano sendo R$ 15.173 (R$ 15.173) em 2021. A Unimed Nacional realizou o teste de redução ao valor recuperável explanado na rubrica abaixo (Redução ao valore recuperável do ativo (Impairment).

Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Unimed Nacional revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para a determinação do valor contábil da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a Operadora considerou a operação de aquisição de negócios da FESP, com um todo, no qual o principal ativo, corresponde à aquisição da carteira de clientes da praça São Paulo. Tal consideração tomou como decisão, a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Operadora obterá geração de benefício econômico.

As premissas utilizadas foram apuradas através de observações de premissas de mercado (preferencialmente o mercado de saúde suplementar), do desempenho histórico do Sistema Unimed e da Unimed Nacional, do desempenho histórico da carteira que foi migrada, além das legislações tributárias vigentes. As principais premissas foram:

Combinação de Negócio FESP

Valor contábil líquido em 2022: 246.555
Premissas
WACC – 16,02%
Sinistralidade – Variação entre 70% e 75%, no intervalor de 2023 a 2038
Impostos Diretos – ISS 2% e PIS/COFINS 4,65%
Despesas Administrativas – Variação de 9,3% a 17,4% do total das receitas de contraprestações e de intercâmbio
IR e CSL – Alíquota efetiva de 16,2%
Taxa de desconto 16%

De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada por empresa independente, que auxiliou a Operadora na avaliação de recuperabilidade, concluiu-se que o valor em uso da UGC é superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável do intangível está de acordo com as projeções internas para o período de 20 anos. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Operadora.

A Operadora também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Projeções Macroeconômicas do Banco Santander), Índice geral de preços – IPCA Longo Prazo (fonte: Banco Central do Brasil), e Taxa de juros (fonte: Projeções Macroeconômicas do Banco Santander).

Considerou também dados da ANS e de mercado como: Avaliação de custo médico-hospitalar (fonte: VCMH) é um índice médico do instituto de estudo e saúde suplementar (fonte: IESS), análise de precificação de plano de saúde (fonte: UNIDAS-CD Comissão Mista ABRAPP), taxa de sinistralidade e população de São Paulo e percentual coberto por plano de saúde (fonte: ANS).

11. DIREITO DE USO ARRENDAMENTO

Os arrendamentos no quais a cooperativa (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios das propriedades são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos pagamentos previstos em contrato, como determina o CPC 06.

Durante o período de vigência do contrato todo juros relacionado ao arrendamento deve ser reconhecido na demonstração do resultado como despesa financeira.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram CDI + 0,26% a.a e taxa de juros IGPM de 4,50% a.a.

	Direito de uso Arrendamento	Total Controladora	Total Consolidado
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**
Aquisições	90.565	90.565	90.565
Transferência	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**90.565**	**90.565**	**90.565**
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**
Depreciação do exercício	(2.663)	(2.663)	(2.663)
Alienações	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.663)**	**(2.663)**	**(2.663)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**87.902**	**87.902**	**87.902**

Movimentação do Passivo de Arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**
Novos Contratos	(90.564)
Pagamento Principal *	-
Pagamentos Juros	-
Juros provisionados	(7.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(97.589)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**(97.589)**
Circulante	(15.141)
Não Circulante	(82.448)

* Concedida carência para contrato de aluguel Matriz de 24 meses com término em 11/2023 e 6 meses para unidade Brasília com término em 05/2023.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A. COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES TÉCNICAS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões de contraprestações				
Provisão para contraprestações não ganhas	56.124	44.983	56.124	44.983
Provisão para remissão	21.984	18.765	21.984	18.765
Subtotal	**78.108**	**63.748**	**78.108**	**63.748**
Provisões de eventos				
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	193.450	202.844	193.450	202.844
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	63.952	123.178	63.952	123.178
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	802.027	672.430	802.027	672.430
Subtotal	**1.059.429**	**998.452**	**1.059.429**	**998.452**
Total	**1.137.537**	**1.062.200**	**1.137.537**	**1.062.200**

B. MOVIMENTAÇÃO

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	Saldo Final 2021	(+) Eventos Avisados	(+) Constituições	(-) Eventos pagos	(-) Reversões	Saldo no final do exercício 2022
Provisão para contraprestações não ganhas	44.983	-	6.765.719	-	6.754.578	56.124
Provisão para remissão	18.765	-	22.422	-	19.203	21.984
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	202.844	-	30.907	36.125	4.176	193.450
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	123.178	8.095.289	-	8.154.515	-	63.952
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	672.430	-	160.612	-	31.015	802.027
Totais	**1.062.200**	**8.095.289**	**6.979.660**	**8.190.640**	**6.808.972**	**1.137.537**

C. IDADE DE SALDOS

Provisão de eventos a liquidar para prestadores	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Avisados até 30	36.370	97.695	36.370	97.695
Avisados 31 a 60 dias	19.849	11.301	19.849	11.301
Avisados acima de 60 dias	7.733	14.182	7.733	14.182
Total	**63.952**	**123.178**	**63.952**	**123.178**

13. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A. RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES

Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos. A Operadora emite os boletos de forma antecipada aos seus beneficiários, e em contrapartida realiza os devidos registros em grupo específico destinado a este fim, conforme RN 435. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da controladora e consolidado é de R$ 45.784 (R$ 43.935 em 2021).

B. COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES

Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização de planos de assistência à saúde. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da controladora e consolidado é de R$ 3.993 (R$ 14.656 em 2021).

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Corresponde a valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R$ 111.354 na controladora e R$ 110.664 no consolidado (R$ 58.410 na controladora e R$ 57.721 no consolidado em 2021)

	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Avisados até 30	57.624	54.623	56.934	53.934
Avisados 31 a 60 dias	43.943	2.610	43.943	2.610
Avisados acima de 60 dias	9.787	1.177	9.787	1.177
Total	**111.354**	**58.410**	**110.664**	**57.721**

15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
FGTS	1.577	1.424	1.577	1.425
PIS e COFINS	9.509	2.599	9.509	2.599
Retenções de impostos e contribuições	41.276	29.165	41.276	29.165
Total	**52.362**	**33.188**	**52.362**	**33.189**

Refere-se a impostos e contribuições (IR, ISS, COFINS, PIS, Contribuição Social e Contribuições Previdenciária) retidos sobre serviços recebidos.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. Os empréstimos apresentam as seguintes características:

							MOVIMENTAÇÃO DE 2022				
Produto	% a.a	Data de Abertura da Operação	Data de Vencimento	Saldo Inicial 2022	Novo	Encargos	Valor Total pagar	Apropriação de Juros	Pagamento de juros e encargos	Pagamento Valor Principal	Saldo em 2022
CCB GIRO ITAÚ	CDI + 1,38	19/12/2019	01/04/2022	17.028	-	-	17.028	481	(844)	(16.665)	-
SANTANDER SA	7,35	24/04/2020	25/04/2022	11.594	-	-	11.594	220	(236)	(11.578)	-
SICOOB	CDI + 1,63	16/09/2021	22/07/2024	40.169	-	-	40.169	4.600	(3.948)	(12.008)	28.813
CCB GIRO ITAÚ **(i)**	CDI +2,50	02/03/2022	26/02/2025	216.344	-	-	216.344	31.284	(10.315)	-	237.313
CCB GIRO ITAÚ	CDI +2,59	29/12/2021	16/12/2024	63.053	-	-	63.053	9.624	(802)	(5.419)	66.456
CCB GIRO ITAÚ	3,3	29/08/2022	28/10/2022	-	69.729	271	69.729	2.082	(1.811)	(70.000)	-
SICOOB	2,6	10/01/2022	20/01/2027	-	75.000	286	75.286	10.468	(10.106)	-	75.648
				348.188	**144.729**	**557**	**493.203**	**58.759**	**(28.062)**	**(115.670)**	**408.230**

							MOVIMENTAÇÃO DE 2021				
Produto	% a.a	Data de Abertura da Operação	Data de Vencimento	Saldo Inicial 2020	Novo	Encargos	Valor Total pagar	Apropriação de Juros	Pagamento de juros e encargos	Pagamento Valor Principal	Saldo em 2021
CCB GIRO ITAÚ	CDI + 1,38	19/12/2019	01/04/2022	50.406	-	-	-	1.700	(1.745)	(33.333)	17.028
SANTANDER SA	CDI + 3,95	24/04/2020	25/10/2021	83.421	-	-	-	2.491	(2.578)	(83.334)	-
SANTANDER SA	7,35	24/04/2020	25/04/2022	44.753	-	-	-	2.080	(2.126)	(33.113)	11.594
SICOOB	CDI + 2,96	15/05/2020	31/05/2022	48.484	-	-	-	1.735	(1.886)	(48.333)	-
SICOOB	CDI + 2,40	16/09/2021	20/01/2027	-	40.025	-	40.025	1.004	(860)	-	40.169
CCB GIRO ITAÚ	CDI + 1,80	25/08/2021	26/08/2024	-	210.000	(798)	209.202	7.142	-	-	216.344
CCB GIRO ITAÚ	CDI +2,59	29/12/2021	26/12/2024	-	63.000	-	63.000	53	-	-	63.053
				227.064	**313.025**	**(798)**	**312.227**	**16.205**	**(9.195)**	**(198.113)**	**348.188**

(i) Aditamento de contrato com mudança de data de cobertura, de 25/08/2021 para 02/03/2022, vencimento de 26/08/2024 para 26/02/2025 e taxa de juros CDI+1,80 % a.a para CDI + 2,5% a.a.

Covenants

- Santander: Manter a Liquidez Corrente maior ou igual a 2,0x até a liquidação desta Cédula, a ser apurada anualmente.
- Itaú: Manter a dívida Líquida igual ou inferior a zero, ou seja, manutenção negativa.

Outras Garantias

- Para Itaú e Santander: Cessão de direitos creditórios/títulos de crédito de recebíveis da Unimed Nacional pela prestação de serviços de Planos de Saúde, aos bancos Itaú e Santander.
- Para Sicoob Credicom: Cessão de direitos creditórios/títulos de crédito de recebíveis de clientes Unimed Nacional.

17. DÉBITOS DIVERSOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Obrigações com pessoal	40.273	30.931	40.273	30.949
Fornecedores	35.341	21.770	35.341	21.789
Depósitos não identificados	12.755	8.862	12.755	8.862
Outros débitos a pagar	60.796	2	57.446	4
Arrendamentos	97.590	-	97.590	-
Total	**246.755**	**61.565**	**243.405**	**61.604**
Circulante	**164.307**	**61.565**	**160.957**	**61.604**
Não Circulante	**82.448**	**-**	**82.448**	**-**

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

				CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	Saldo anterior	Principal (i)	Atualizações/ multa	Reversão/ pagamento	Saldo atual	Saldo atual
Administrativo ANS	19.998	-	-	(2.660)	17.338	17.338
Tributos federais	5.899	-	271	-	6.170	6.322
Tributos Municipais ISS	152.386	113.678	-	(15.834)	250.230	250.230
Trabalhistas	8.585	10.674	(2.767)	(4.064)	12.428	12.535
Cíveis	69.171	26.275	9.618	(32.106)	72.958	72.958
Total	**256.039**	**150.627**	**7.122**	**(54.664)**	**359.124**	**359.383**

(i) Em 2022, na coluna "Principal" inclui o reconhecimento de contingências cíveis oriundas da aquisição de carteira conforme Nota Explicativa nº 10. Em 2019 foi firmado acordo judicial onde a FESP assume 50% dos processos oriundos da aquisição de carteira.

	DEPÓSITOS JUDICIAIS			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Tributos Municipais ISS	199.820	121.803	199.820	121.803
Trabalhistas	6.756	6.191	6.756	6.191
Cíveis	42.153	36.737	42.412	36.996
Ressarcimento ao SUS (i)	183.768	171.825	183.768	171.825
Multas ANS	8.493	7.864	8.493	7.864
Total	**440.990**	**344.420**	**441.249**	**344.679**

(i) As provisões do ressarcimento ao SUS são registradas nos grupos de provisões técnicas que soma R$ 193.451 em 2022 (R$ 202.844 em 2021).

Tributos federais

A Operadora responde a 9 (10 em 2021) processos de natureza tributária com possibilidade de perda Provável. Para fazer face às prováveis perdas foi constituída provisão de R$ 6.169 (R$ 5.899 em 2021).

ISS

Em decorrência da promulgação da Lei Complementar 157/16 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, a Cooperativa passou a apurar o Impostos sobre Serviços ("ISS") com base na legislação do município do tomador de serviço. Entretanto, em virtude da publicação da ADI 5835 em 04 de abril de 2018, os efeitos da referida Lei Complementar foram suspensos – bem como os efeitos das legislações municipais cujos termos se referem à mencionada Lei Complementar – ou seja, a Cooperativa voltou a apurar o ISS com base na legislação de residência do prestador de serviço.

Diante das interpretações controversas dos demais municípios, sem prejuízo de garantir o cumprimento da ADI, a Cooperativa optou por solicitar ao Poder Judiciário uma tutela provisória para suspender a exigibilidade dos débitos de ISS cobrados por outros municípios que não o de São Paulo e possibilitar o pagamento do ISS por meio de depósito judicial.

Contudo, a RESOLUÇÃO CGOA Nº 4, DE 25 DE ABRIL DE 2022 Regulamenta a obrigação acessória de padrão nacional, denominada Declaração Padronizada do ISSQN (DEPISS), destinada à declaração das operações de prestação de serviços e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, e outros aspectos correlatos. Esta ação resultará em um processo integrado de geração de guias a serem recolhidas para todo o território nacional. A mesma continua suspensa pelo ente federal.

Trabalhistas

A Operadora responde a 303 (469 em 2021) processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R$ 12.429 (R$ 8.585 em 2021) referente a 227 processos avaliados com risco de perda provável, 72 processos com risco possível não provisionado de R$ 7.479 (R$ 17.159 em 2021).

Cíveis

A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação na UNIMED NACIONAL e alguns são oriundos da aquisição da carteira FESP. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão de R$ 72.958 (R$ 69.171 em 2021) para 4.394 processos (5.295 em 2021) classificados como risco provável. A Operadora também responde a 5.150 processos (4.616 em 2021) avaliados com risco de perda possível no montante de R$ 94.907 (R$ 72.312 em 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito é composto por 214.227 quotas-partes (204.181 quotas-partes em 2021), com valor unitário de R$ 100,00. A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de associadas é 339 (339 em 2021).

B. RESERVAS

A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% do resultado do ato cooperativo.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% do resultado do ato cooperativo e 100% do resultado do ato não cooperativo, na forma do artigo 28 da lei 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no artigo 58 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas judicias e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

C. DESTINAÇÃO DAS SOBRAS

A sobra líquida do exercício, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, que poderá destiná-la às associadas, como retorno líquido, a aumento do capital social ou às reservas. Em 2022, a Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/2022, deliberou por destinar R$ 0 das sobras do exercício social. (Em 2021 R$308.432, da seguinte forma: R$ 296.181 para o Fundo de Contingência Regulatória Extraordinária e R$ 12.251 como juros de capital próprio, conforme lei 5.764/76, artigo 24, parágrafo 3.

D. PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC 39/00 e alterações posteriores, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN 526/22 o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Resolução Normativa 461/20. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator "K", observando a tabela do Anexo I da RN 526/22 e o TAC (*) datado de 2015. A Administração realiza os cálculos para obtenção do valor mínimo de patrimônio líquido obedecendo respectivamente a norma.

O capital regulatório, conforme determinado pela RN 526/22, trata-se do limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas nesta Resolução Normativa. Para tanto, o capital regulatório previsto pela norma até o final de 2022 e a ser observado pela Operadora será o maior valor entre os montantes apurados para Margem de solvência e capital baseado em riscos.

A ANS, por meio de comunicado nº 97, em 22 de setembro de 2022, decidiu suspender a adoção de medidas administrativas decorrentes de acompanhamento econômico-financeiro das operadoras de planos de assistência à saúde, bem como de procedimentos de adequação econômico-financeira e regimes de direção fiscal, no casos em que: (a) a insuficiência de margem de solvência seja o único motivador da tomada de medida e (b) atinja operadora de plano de assistência à saúde que se considere, em análise prospectiva, suficiente quanto ao Capital Baseado em Riscos conforme os parâmetros previstos na Resolução Normativa nº 526, de 29 de abril de 2022. Em 2023, passa a ser obrigatório a adoção do capital baseado em riscos pelas operadoras:

Patrimônio líquido ajustado conforme IN 50/12

	2022
Patrimônio líquido	**1.468.365**
(-) Créditos tributários - Prejuízos Fiscais	(172.795)
(-) Despesas diferidas	(163.887)
(-) Despesas antecipadas	(5.392)
(-) Ativo Intangível	(270.584)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**855.707**

A margem de solvência, conforme determinado pela RN 526/22 e alterações posteriores, foi apurada com base no percentual de 20% da soma dos últimos doze meses de 100% das contraprestações na modalidade de preço preestabelecido, e de 10% das contraprestações na modalidade de preço pós-estabelecido.

Margem de solvência	2022
A - 0.20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	1.316.956
B - 0.33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	1.654.368
C - Margem de solvência (maior entre A e B)	**1.654.368**
*Margem de solvência - diferimento até 2.022	1.654.368
D - M.S. parcela mínima 2.022 – 75,00%	**1.235.346**
PLA	**855.707**
(=) Suficiência Exigida - 75,00%	**(379.639)**
(=) Suficiência Total	**(798.661)**

Capital Baseado em Riscos (CBR): regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Capital Baseado em Risco	2022
Margem de Solvência	**1.654.368**
Percentual de Margem Constituída (máx. 10 em 22)	75%
Desconto Promoprev	5.430
Margem de Solvência exigida no mês	**1.235.346**
Capital Baseado em Risco	**770.245**
Patrimônio Líquido Ajustado	855.707
Suficiência / (-) Insuficiência Margem Exigida	**(379.640)**
Suficiência / (-) Insuficiência Margem Total	(798.662)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed e com o Grupo Oncoclínicas, sendo as principais:

a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou, em R$ 12.994 (2021 R$ 8.103).

b. O seguro de vida dos colaboradores da operadora, conselheiros, diretores são contratados com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R$ 758 (R$ 1.901 em 2021).

c. Parcela significativa do atendimento médico prestado aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da Operadora é efetuada pelas cooperativas associadas integrantes do Sistema Cooperativo Unimed. Em 2022 estes atendimentos atingiram o montante de R$ 3.646.494 (R$ 4.950.398 em 2021).

d. Remuneração dos administradores

A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a estes Administradores totalizou o montante de R$ 11.544 (R$ 8.340 em 2021) e está dividida em: pró-labore dos Diretores: R$ 7.122 (R$ 6.626 em 2021), valor devido à presença dos Conselheiros: R$ 1.865 (R$ 1.714 em 2021), adicionalmente é concedido como benefícios aos administradores: previdência social: R$ 1.821 (R$ 2.540 em 2021), assistência médica dos Diretores: R$ 717 (R$ 499 em 2021) e seguro de vida e acidentes pessoais dos Diretores de R$ 18 (R$ 19 em 2021).

Os Administradores da Operadora ocupam cargos em outras cooperativas e empresas do Sistema Unimed conforme quadro abaixo:

CARGO NA OPERADORA	PARTE RELACIONADA	CARGO NA PARTE RELACIONADA
Diretor Presidente	Unimed Volta Redonda	Presidente do Conselho de Administração
Diretor Administrativo e Financeiro	Unimed Guaratinguetá	Conselheiro de Administração
Diretor de Atenção à Saúde	Unimed BH	Cooperado
Diretor Comercial e Marketing	Unimed Morrinhos	Vice-Presidente
Diretora Técnica e Operacional	Unimed Campo Grande	Cooperada
Conselheiro Fiscal	Unimed Três Lagoas	Presidente
Conselheiro Fiscal	Unimed Guarulhos	Presidente
Conselheiro Fiscal	Unimed Leopoldina	Presidente
Conselheiro Fiscal	Unimed Maceió	Presidente
Conselheiro Fiscal	Unimed Fortaleza	Diretor
Conselheiro Fiscal	Unimed Nordeste/RS	Diretor
Conselheiro de Administração	Unimed Recife	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Pindamonhangaba	Diretor
Conselheiro de Administração	Unimed Itaúna	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Sergipe	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed João Pessoa	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Catanduva	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Campinas	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Sorocaba	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Cataguases	Diretor
Conselheiro de Administração	Unimed Vitória	Diretor
Conselheiro de Administração	Unimed Uberlândia	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Centro Sul Fluminense	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Goiânia	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed São Gonçalo – Niterói	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Belém	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed Natal	Presidente
Conselheiro de Administração	Unimed do Brasil	Presidente

21. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

A. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Planos individuais e familiares	312.664	346.691	312.664	346.691
Planos coletivos (pré e pós)	6.329.472	5.772.795	6.329.472	5.772.795
Total Faturamento Contraprestações Líquidas	**6.642.136**	**6.119.486**	**6.642.136**	**6.119.486**

B. TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS	(5.462)	(3.659)	(5.462)	(3.659)
COFINS	(33.615)	(22.451)	(33.615)	(22.451)
ISS	(97.845)	(58.543)	(97.845)	(58.543)
ISS retido por terceiros	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**(136.922)**	**(84.653)**	**(136.922)**	**(84.653)**

C. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Intercâmbio	(3.646.494)	(1.022.691)	(3.646.494)	(1.022.691)
Rede credenciada	(1.859.083)	(3.832.268)	(1.859.083)	(3.832.268)
Reembolsos a usuários	(161.317)	(93.357)	(161.317)	(93.357)
Ressarcimento ao SUS	(19.276)	(2.082)	(19.276)	(2.082)
			-	-
Total eventos conhecidos ou avisados	**(5.686.170)**	**(4.950.398)**	**(5.686.170)**	**(4.950.398)**
			-	-
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(129.598)	(114.314)	(129.598)	(114.314)
Total Eventos indenizáveis líquidos	**(5.815.768)**	**(5.064.712)**	**(5.815.768)**	**(5.064.712)**

* Para intercâmbio, a resolução normativa 528 prevê alterações na contabilização de corresponsabilidade cedida (grupo 3117) para o grupo de rede indireta (4116).

D. RECEITAS E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	143.164	75.026	143.164	75.026
Outras receitas operacionais	13.373	4.481	13.373	5.163
Total Outras receitas operacionais	**156.537**	**79.507**	**156.537**	**80.189**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
PPSC - não relacionados com planos de saúde	1.246	7.687	1.246	7.687
Outras despesas operacionais	(163.822)	(170.804)	(163.822)	(170.804)
Total Despesas de prestação de serviços de intercâmbio	**(162.576)**	**(163.116)**	**(162.576)**	**(163.116)**
Total Rec. e desp. de assit. Saúde ñ relac. Planos de saúde da operadora	**(6.039)**	**(83.609)**	**(6.039)**	**(83.609)**

E. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Confecção de carteiras	(652)	(3.827)	(651)	(3.828)
Encargos sociais	-	-	-	-
Despesas c/ remoções e *Home Care*	(77.012)	(44.715)	(77.012)	(44.715)
Seguros	(16)	(100)	(16)	(100)
Programa de promoção à saúde	(16.391)	(10.641)	(16.391)	(10.641)
Provisões para contingências cíveis	(3.371)	(1.163)	(3.371)	(1.163)
Despesas Judiciais Operacionais	(63.396)	(63.661)	(63.396)	(63.661)
Provisão para perdas sobre créditos	(21.036)	8.116	(21.036)	8.116
Outras	(3.614)	(15.403)	(24.255)	20.613
Outras recuperações	-	36.258	20.613	36.258
Total	**(185.488)**	**(95.136)**	**(185.515)**	**(95.378)**

F. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(214.090)	(225.169)	(214.090)	(225.169)
Serviços de terceiros	(140.545)	(143.465)	(140.545)	(143.465)
Localização e funcionamento	(78.021)	(63.172)	(78.021)	(63.172)
Despesas com publicidade e propaganda	(31.010)	(12.902)	(31.008)	(12.902)
Tributos - taxa de saúde suplementar	(7.048)	(2.945)	(7.048)	(2.945)
Multas e acréscimos moratórios	(6.775)	(18.194)	(6.775)	(18.194)
Outras despesas	(31.238)	(18.283)	(32.678)	(20.702)
Total	**(508.727)**	**(484.130)**	**(510.165)**	**(486.549)**

G. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras	**130.603**	**80.881**	**130.603**	**80.881**
Receitas com títulos privados	**28.619**	**17.879**	**28.619**	**17.879**
Valor justo por meio do resultado	11.442	2.824	11.442	2.824
Disponível para venda	1.372	1.411	1.372	1.411
Até o vencimento	15.805	13.644	15.805	13.644
Receitas com títulos públicos	**4.363**	**7.206**	**4.363**	**7.206**
Valor justo por meio do resultado	-	145	-	145
Disponível para venda	-	1.745	-	1.745
Até o vencimento	4.363	5.316	4.363	5.316
Receitas com fundos de investimento	**97.621**	**55.796**	**97.621**	**55.796**
Valor justo por meio do resultado	97.621	55.796	97.621	55.796
Despesas financeiras	**(4.612)**	**(4.513)**	**(4.612)**	**(4.513)**
Despesas com títulos privados	-	(631)	-	(631)
Valor justo por meio do resultado	-	(321)	-	(321)
Disponível para venda	-	(179)	-	(179)
Até o vencimento	-	(131)	-	(131)
Despesas com títulos públicos	**-**	**(1)**	**-**	**(1)**
Valor justo por meio do resultado	-	(1)	-	(1)
Despesas com fundos de investimento	**(4.612)**	**(3.881)**	**(4.612)**	**(3.881)**
Valor justo por meio do resultado	(4.612)	(3.881)	(4.612)	(3.881)
Resultado Financeiro c/ aplicações	**125.991**	**76.368**	**125.991**	**76.368**
Outras Receitas e Despesas Financeiras	**(60.045)**	**(13.152)**	**(60.065)**	**(8.579)**
Atualização dos créditos tributários	10.502	7.774	10.502	7.774
Juros por recebimentos em atraso	15.767	13.319	15.767	13.319
Outras receitas financeiras	68.222	32.634	68.222	34.417
Despesas c/ empréstimos e financiamentos	(58.759)	(16.209)	(58.759)	(16.209)
Juros e multas s/ tributos	(923)	(707)	(923)	(707)
Pagamentos em atraso	(3.472)	(1.564)	(3.472)	(1.564)
Descontos concedidos	(76.409)	(45.566)	(76.409)	(45.566)
Despesas Bancárias	(5.872)	(3.471)	(5.872)	(1.971)
Arrendamentos	(7.025)	-	(7.025)	-
Outras	(2.076)	638	(2.096)	1.928
Resultado financeiro líquido	**65.946**	**63.216**	**65.926**	**67.789**

H. RESULTADO PATRIMONIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	**127.883**	**22.799**	**139.505**	**22.799**
Resultado Patrimonial de Investimentos	30.051	22.560	30.051	22.560
Ganho por compra Vantajosa (Deságio)	-	239	-	239
Impairment	76.373	-	76.373	-
Outras receitas Patrimoniais (*)	21.459	-	33.081	-
Despesas	**(22.684)**	**(9.634)**	**(34.307)**	**(15.036)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.199)	(9.420)	(14.822)	(14.822)
Outras Despesas Patrimoniais	(19.485)	(214)	(19.485)	(214)
Resultado Patrimonial	**105.199**	**13.165**	**105.199**	**7.763**

(*) Em referência a nota 8- Investimentos, a mensuração dos valores correspondentes a joint ventures Oncoclinicas, cuja a participação iniciou-se em 2020, se dá pela avaliação periódica dos resultados obtidos e a administração constatou uma necessidade de reversão de estimativa de impairment sobre o saldo constituído no início da operação através de laudos realizados por consultoria independente. Adicionalmente a este saldo consta o montante proveniente da venda de um imóvel localizado em São Paulo (Edifício Pamplona).

I. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Imposto de renda / CSLL	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações	(128.466)	126.492	(128.466)	126.492
(-) Sobras de atos cooperativos	491.725	(51.948)	491.725	(51.948)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	**(620.191)**	**178.440**	**(620.191)**	**178.440**
Adições	**343.858**	**124.115**	**343.858**	**124.115**
Diferenças temporárias - Contingências	90.667	41.048	90.667	41.048
Receitas de aplicações financeiras	107.608	52.258	107.608	52.258
Resultado de equivalência patrimonial	116.337	14.634	116.337	14.634
Provisão para perdas sobre créditos	10.979	(4.980)	10.979	(4.980)
Despesas não dedutíveis - administrativas	8.451	14.272	8.451	14.272
Provisão para participações no resultado - PLR	9.815	6.883	9.815	6.883
Exclusões	**(138.730)**	**(63.833)**	**(138.730)**	**(63.833)**
Diferenças temporárias - Contingências	(18.140)	(7.084)	(18.140)	(7.084)
Receitas Equivalência patrimonial	(35.930)	(22.560)	(35.930)	(22.560)
Despesas Administrativas	(1.696)	(1.696)	(1.696)	(1.696)
Despesas Financeiras	(76.082)	(27.832)	(76.082)	(27.832)
Reversão para participações no resultado - PLR	(6.883)	(4.662)	(6.883)	(4.662)
Subtotal	**(415.064)**	**238.722**	**(415.064)**	**238.722**
Compensação de base negativa	**-**	**(71.617)**	**-**	**(71.617)**
Base de cálculo	**(415.064)**	**167.105**	**(415.064)**	**167.105**
Imposto de renda alíquota 15%	-	(25.066)	-	(25.066)
Imposto de renda adicional de 10%	-	(16.687)	-	(16.687)
PAT	-	116	-	116
Lei de Incentivos	-	1.308	-	1.308
Contribuição social alíquota 9%	**-**	**(15.039)**	**-**	**(15.039)**
Tributos correntes	**-**	**(55.368)**	**-**	**(55.368)**
Alíquotas efetivas	**0,00%**	**-43,77%**	**0,00%**	**-43,77%**

22. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS – NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE ITG 2004/17

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed. Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 52,19% (61,36% em 2021), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

	2022			2021		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ingressos/ Ato cooperativo/Dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	6.501.995	3.106.662	3.395.333	6.032.404	2.329.363	3.703.041
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	6.638.917	3.172.119	3.466.798	6.117.057	2.362.072	3.754.985
Contraprestações líquidas	6.642.136	3.175.338	3.466.798	6.119.486	2.364.502	3.754.985
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(3.219)	(3.219)	-	(2.429)	(2.429)	-
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(136.922)	(65.457)	(71.465)	(84.653)	(32.709)	(51.944)
Eventos indenizáveis líquidos	(5.815.768)	(2.305.607)	(3.510.161)	(5.064.712)	(2.031.897)	(3.032.815)
Eventos conhecidos ou avisados	(5.686.170)	(2.254.229)	(3.431.941)	(4.950.398)	(1.986.036)	(2.964.362)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(129.598)	(51.378)	(78.220)	(114.314)	(45.861)	(68.452)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	686.227	801.056	(114.828)	967.692	297.466	670.226
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	61.083	29.201	31.882	19.260	7.442	11.818
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	156.537	142.743	13.795	79.507	74.726	4.781
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	-	-	-	-	-	-
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	143.164	142.600	564	75.026	74.527	499
Outros ingressos/receitas operacionais	13.373	142	13.231	4.481	199	4.282
Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(185.488)	(88.674)	(96.813)	(95.136)	(36.759)	(58.376)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(148.061)	(70.782)	(77.279)	(128.869)	(49.794)	(79.075)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(16.391)	(7.836)	(8.555)	(10.641)	(4.112)	(6.530)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	-	-	-	36.258	14.010	22.248
Provisão para perdas sobre créditos	(21.036)	(10.056)	(10.979)	8.116	3.136	4.980
Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(162.576)	(15.196)	(147.380)	(163.116)	(126.329)	(36.788)
Despesas com operações médico hospitalar - Prestação de Serviços	1.246	1.246	-	7.687	7.687	-
Despesas com intercambio eventual médico hospitalar	(135.967)	-	(135.967)	(168.504)	(132.834)	(35.670)
Despesas com intercambio eventual	(27.855)	(16.442)	(11.413)	(2.300)	(1.182)	(1.118)
Resultado bruto	555.784	869.129	(313.345)	808.208	216.546	591.662
Dispêndios/despesas de comercialização	(327.864)	(156.739)	(171.125)	(262.749)	(101.523)	(161.226)
Dispêndios/despesas administrativas	(508.727)	(243.202)	(265.525)	(484.130)	(187.063)	(297.068)
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial	(280.807)	469.189	(749.996)	61.328	(72.040)	133.368
Resultado financeiro líquido	65.946	31.526	34.420	63.216	24.426	38.790
Receitas financeiras	225.093	107.608	117.485	135.246	52.258	82.989
Despesas financeiras	(159.147)	(76.082)	(83.065)	(72.030)	(27.832)	(44.198)
Resultado patrimonial	105.199	-	105.199	13.165	-	13.165
Receitas patrimoniais	127.883	-	127.883	22.799	-	22.799
Despesas patrimoniais	(22.684)	-	(22.684)	(9.634)	-	(9.634)
Resultado antes dos impostos e participações	(109.661)	500.715	(610.376)	137.709	(47.614)	185.323
Imposto de renda	(9.471)	-	(9.471)	(61.703)	-	(61.703)
Contribuição social	(1.377)	-	(1.377)	(18.434)	-	(18.434)
Impostos Diferidos	160.237	-	160.237	8.725	-	8.725
Participações no resultado	(18.805)	(8.990)	(9.815)	(11.217)	(4.334)	(6.883)
Sobra líquida do exercício	20.923	491.725	(470.802)	55.079	(51.948)	107.027

23. INFORMAÇÕES SOBRE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA E CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2022	2021	2022	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	18.595	28.802	-	1.826.521
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	-	-	172.358	849.676
Total	**18.595**	**28.802**	**172.358**	**2.676.197**

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021	2022	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	5.803.804	3.588.304	-	5
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	(125.479)	732.393	7.845	1.155.976
Total	**5.678.325**	**4.320.697**	**7.845**	**1.155.981**

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. (ONCO3) ("Oncoclínicas" ou a "Companhia"), em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da lei 6.404/76 e na Resolução CVM 44/21, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou, nesta data, um memorando de entendimento vinculante com a Unimed Nacional para investimento conjunto em um novo complexo hospitalar e centro integrado de tratamento ao câncer - Câncer Center na cidade de São Paulo ("Câncer Center São Paulo" e a "Transação").

O Câncer Center São Paulo compreenderá uma área total de aproximadamente 40 mil m², próximo a importantes vias da cidade e contando com visibilidade e acessibilidade privilegiadas. Com investimentos previstos em aproximadamente R$ 300 milhões e conclusão estimada em cerca de 36 meses, o novo centro de alta complexidade da Companhia contará com um moderno parque de diagnóstico por imagem, anatomia patológica e genômica integradas, 350 leitos para internações e infusões, 20 salas para cirurgias de alta complexidade (incluindo cirurgias robóticas), ala dedicada a terapia celular, aceleradores lineares para radioterapia e cuidados continuados, além de especialidades complementares ao paciente oncológico como cardiologia, urologia, neurologia, entre outras.

A Oncoclínicas deterá uma participação societária de 75% no Câncer Center São Paulo e a Unimed Nacional participará com 25%, atuando como um dos investidores e parceiros comerciais nesse empreendimento. O investimento da Unimed Nacional no Câncer Center estará associado à integração da linha de cuidado de seus pacientes oncológicos. Com uma carteira de cerca de 630 mil vidas no estado de São Paulo, sendo cerca de 50% na região metropolitana, a Unimed Nacional é uma das operadoras que mais cresce nessa região do país nos últimos anos. O Câncer Center São Paulo representa um dos mais importantes passos da Oncoclínicas em direção ao seu objetivo estratégico de cobrir toda a jornada do paciente nas principais praças em que a Companhia já tem uma presença relevante, alavancando na demanda proveniente de suas clínicas. Já contamos com o maior time médico dedicado à oncologia ambulatorial privada na cidade de São Paulo e, dessa forma, esse novo centro de alta complexidade vem para endereçar essa oportunidade. Cabe ressaltar que o Câncer Center em São Paulo poderá compreender serviços de outras especialidades, a ser definido entre as partes, e também atenderá pacientes de diversas operadoras de planos e seguros privados de assistência médica à saúde, atuando de forma independente e em linha com o posicionamento da Companhia de ser o provedor de escolha na melhor assistência oncológica a todas as fontes pagadoras e seus pacientes.

O fechamento da Transação está sujeito à assinatura dos documentos definitivos e à verificação de determinadas condições precedentes usuais previstas nos documentos da Transação. Manteremos o mercado informado a respeito das atualizações relevantes relativas aos assuntos aqui tratados. São Paulo, 01 de setembro de 2022.

Diretoria

Dr. Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor Presidente

Dr. José Augusto Ferreira
Diretor de Atenção à Saúde

Dr. Reinaldo Antônio Monteiro Barbosa
Diretor Administrativo e Financeiro

Dr. Walter Cherubim Bueno
Diretor Comercial e Marketing

Drª. Sarita Rocha Garcia
Diretora Administrativa, Técnica e Operacional

Atuário

Dmitri Oliveira da S Santos
Atuário MIBA 2.559

Contador

Alexandre Luiz Grecco
CRC 1SP217581

ANS - nº 33967-9

A maior união de médicos do mundo está aqui.

Unimed
Nacional

ANS - nº 33967-9